



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL ã SR16

INCRA – SR 16 - MS

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2013



Campo Grande/MS/2014



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL - SR16

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.



Superintendente Regional
CELSO CESTARI PINHEIRO

Chefe da Procuradoria Regional
ANTONIO AUGUSTO RIBEIRO DE BARROS

Chefe da Divisão de Administração
ELIZETE FÁTIMA ALEXANDRE

Chefe da Divisão de Desenvolvimento
ZACARIAS ALVES DA SILVA

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
AUGUSTO PINEDO ZOTTOS

Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
THELMA LOPES DA SILVA

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	7
INTRODUÇÃO	10
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	11
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada.....	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada	11
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	12
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	12
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão	13
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	13
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações	13
3.1.2 Cartografia.....	15
3.1.3 Territórios Quilombolas.....	16
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor	16
3.1.5 Indicadores	17
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste.....	19
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	20
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações	20
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	22
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente	23
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados	23
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária.....	24
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor	24
3.2.7 Indicadores	25
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	26
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	27
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações	27
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura.....	29
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações	30
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento	33
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor	34
3.3.6 Indicadores:	40

3.3.7	Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste	43
3.3.8	Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul.....	43
3.3.9	Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	43
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	43
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo	43
4.2	Principais atividades de controle do Gestor	44
5.	Gestão de Pessoas	44
5.1	Distribuição de servidores.....	44
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	44
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem.....	45
5.4	Recursos humanos da unidade	45
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos	45
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	46
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	46
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa ..	47
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	47
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício.....	49
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal	49
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	50
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores	51
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil....	51
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres	51
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR	54
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	54
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.	54
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	55
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência.....	55
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.....	57
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações.....	57
7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos	57
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais.....	57

8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	58
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício	58
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior.....	60
9.	Ouvidoria	69
9.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.	69
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo	69
10.	Correição.....	70
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.	70
ANEXOS:		72

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR ã Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB ã Associação Crédito do Brasil
CDR ã Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ ã Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC ã Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF ã Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ ã Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC ã Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT ã Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio ã Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB ã Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS ã Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
 MDS ã Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA ã Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF ã Ministério Público Federal
 MTE ã Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI ã Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB ã Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI ã Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC ã Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB ã Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC ã Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT ã Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet ã Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT ã Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Superintendência do Incra no Mato Grosso do Sul nº SR(16) nº de 2013 segue modelo ócustomizadoô, conforme elaborado com o TCU e cujo modelo foi disponibilizado pelo Incra Sede.

O Relatório está estruturado em 10 (dez) partes principais:

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada;
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações;
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão;
4. Prestação Direta de Serviços ao Público;
5. Gestão de Pessoas;
6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil;
7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão;
8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas;
9. Ouvidoria;
10. Correição.

O item mais extenso é o de número 3, onde são consolidadas informações de modo a demonstrar as atividades nos 3(três) Macroprocessos Finalísticos: Ordenamento da Estrutura Fundiária, Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento e Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Em cada um destes é demonstrado o resultado das ações, informações específicas de cada atribuição dos setores envolvidos no macroprocesso, principais atividades de controle do gestor e análise de indicadores.

Após estes conteúdos, são descritas as atividades de atendimento ao público externo no item óPrestação de Serviços ao Públicoô.

Os itens 5 e 6 discorrem sobre a área Meio, sob responsabilidade da Divisão de Administração, tanto na gestão de pessoal como de orçamento, finanças e patrimônio.

Os itens 7 e 8 tratam de questões gerais sobre as ferramentas de controle da gestão e implementação de providências recomendadas pela CGU ou determinadas pelo TCU.

O item 9 traz informações sobre o atendimento da Ouvidoria da Regional.

O último, item 10, expressa os dados gerais sobre os processos administrativos disciplinares na Regional.

O Exercício de 2013 foi marcado pela busca da implantação de uma gestão focada no planejamento amplo, com levantamento e estudos qualitativos, aumento no controle dos procedimentos e capacitação das equipes para melhora do desempenho com qualidade nos resultados.

Uma importante ferramenta, neste sentido, foi o Plano Estratégico de Reforma Agrária, que alterou significativamente a lógica de direcionamento das prospecções de terras para o Programa, passando o Incra a assumir seu papel de gestor do ordenamento e desenvolvimento regional rural, em integração à outras políticas do estado. Esta questão está demonstrada no item 3.2.2.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ ã Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: INCRA ã Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: INCRA/SR-16			
Código SIORG: 1799	Código LOA: 49201		Código SIAFI: 373058
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		CNPJ: 00.375.972/0059-87	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Tel./Fax de contato:	(067) 3320-3800	(067) 3320-3806	Fax/Gab.: (067) 3320-3864
Endereço eletrônico: gabinete@cpe.incra.gov.br			
http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Rua 25 de Dezembro, 924 ã Vila Cidade, CEP 79002-061, Campo Grande-MS			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373001	Departamento de Administração Financeira ã DAF - INCRA		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373061	Unidade Avançada de Dourados		
373060	Unidade Avançada de Jardim		
373059	Unidade Avançada de Corumbá		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373001		37201	

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

O Incra Sede elaborou o planejamento através da definição das diretrizes e prioridades dos programas e políticas conduzidas pelo Órgão. Este planejamento foi composto de metas finalísticas e desdobrado em atividades precursoras destas metas, de forma a estabelecer metas intermediárias e marcos para monitoramento do andamento.

Após o estabelecimento das metas nacionais, tanto as metas físicas como as metas intermediárias, assim como o desenho operacional das atividades intermediárias, o Incra Sede iniciou uma discussão com as Superintendências no sentido de definir a participação de cada uma em contribuição às metas nacionais, considerando as demandas regionais e a capacidade das equipes envolvidas.

Esta etapa ocorreu de forma participativa, onde as equipes envolvidas em cada ação trabalhou no preenchimento das expectativas de execução em planilhas modeladas pela Diretoria de Gestão Estratégica, de forma que os planejamentos regionais pudessem ser consolidados.

Ao final destas definições regionais, propostas pelas Superintendências, o Incra Sede consolidou os números, redistribuiu as metas, assim como os recursos orçamentários previstos e apresentou às Regionais o detalhamento final, formalizado em uma ÓAgenda de Gestão da Superintendência Regional.

Esta metodologia se comprovou eficiente no sentido de levar as diretrizes nacionais à aderência no nível operacional regional desta Unidade.

A implementação do planejado ocorreu conforme o previsto em quase todas as ações, inclusive com superação de algumas metas.

Ações cujo trabalho para atingimento de metas cuja atividade intermediária é mais extensa, incluindo fases de projeto, montagem de termos de referência com alta complexidade técnica, e dependentes da descentralização de recursos para contratação representaram ações com atingimento de metas menos efetivas até o fim do exercício, mas que chegaram ao fim de 2013 em adiantado estágio de efetivação, com recursos empenhados em contratos e convênios. São exemplos disso as contratações da ação 211A, do Plano Orçamentário 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento e Plano Orçamentário 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, detalhados mais adiante no item 3.3 - Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	2.040	6.356	32.818,47	24.644,44	20.588,95	20.588,95	4.055,49
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0	0	0	0	0	0
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	4.937,74	4.847,14	2.847,14	2.847,14	2.000,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	2.766	2.906	2.350.761,37	2.350.706,37	3.255,36	3.255,36	2.347.451,01
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	88.219,48	74.326,3	45.588,24	45.588,24	28.738,06
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	223,6666	447.061,19	447.061,19	447.061,19	447.061,19	0,00

Fonte: SIR Monitoramento, Siafi Gerencial e Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

*Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	638,10	-38,10	600,00	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	0	1.800.00,00	0,00	1.800.00,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	83.942,96	-7.645,96	76.201,63	96,15
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Fonte: SIR Monitoramento, Siafi Gerencial e Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

3.1.2 Cartografia

Desde a edição da Lei 10267, 28 de agosto de 2001, obrigando a certificação do georreferenciamento no caso de registro dos imóveis rurais sempre que houvesse transferência de domínio, desmembramento, parcelamento ou remembramento, houve um considerável acúmulo de processos para análise, refletindo em diversos transtornos aos proprietários e sobrecarga dos setores responsáveis pelas análises no Incra em todo território nacional.

Em decorrência disso, o Incra Sede promoveu o desenvolvimento de um sistema de recepção de peças técnicas em formato eletrônico com uma série de análises automatizadas e em agosto de 2013 foi publicada a Instrução Normativa nº 77, alterando as instruções que regulamentam o procedimento de certificação da poligonal objeto de memorial descritivo de imóveis rurais, que deverão ser processados por meio do Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF. O sistema estabelece responsabilidade total das informações submetidas ao sistema ao responsável técnico que realizou o serviço e credenciado no INCRA. As informações são fundamentadas na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Uma vez que os dados do imóvel são inseridos nesse sistema e considerados consistentes após a verificação automatizada, a certificação é emitida imediatamente. Em caso de inconsistência de sobreposição ou de dados cartoriais, o sistema distribui o processo para um técnico que fará a análise do caso específico, validando ou não os dados.

A Edição do SIGEF atribuiu responsabilidades a quem de direito no processo de certificação do georreferenciamento de imóveis rurais, diminuindo a carga sobre o INCRA, possibilitando uma análise mais ágil dos processos dessa natureza, diminuindo o passivo atual.

Durante o ano de 2013 foi concluída a análise de 2.950 processos de Certificação de Imóveis na SR16 (certificados e arquivados por ausência de resposta a notificação). Quando considerada a quantidade de processos protocolados durante o exercício, que foi de 2.214, verificamos que o rendimento aproximado de análise de processos foi de 133% em relação aos protocolados. No decorrer da apreciação destes 2.950 processos foram realizadas um total de 5.266 análises já que, em geral, a maior parte dos processos exige mais de uma análise até sua conclusão em função de incorreções nos documentos protocolados pelos profissionais responsáveis. Caso não houvesse esse considerável número de processos incorretos, teríamos um rendimento de 237,85%.

O rendimento individualizado é satisfatório. Portanto, a estratégia para correção do baixo rendimento em relação ao quantitativo do passivo existente nesta Superintendência, antes de 2013, em razão da falta de pessoal especializado em certificação, foram supridas com os convênios realizados com a AGRAER e o SIGEX, que melhorou o resultado da produtividade em 2013.

O Total de imóveis certificados por esta Regional desde da edição da Lei 10.267/2001 é de 11.206.

O Total de parcelas certificadas pelo SIGEF, referente a MS, desde novembro de 2013 é de 606.

Com relação à exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei nº 6.015, de 1973, informamos que no ano de 2013 não foram realizados trabalhos nesse sentido.

A Divisão de Ordenamento e Estruturação Fundiária/SR16, por meio do **Serviço de Cadastro Rural**, realizou a captação, análise e crítica de 6.356 dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso, apresentados por iniciativa dos detentores, superando a meta prevista no plano de compromisso. Além disso, foram emitidos 74.730 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, tanto pelo órgão, como via internet pelo próprio interessado. Estas ações são importantes, na medida em que auferem qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais particulares e públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária do estado, além de documentar os proprietários rurais com o certificado emitido, que é exigido em vários setores da iniciativa privada e órgãos públicos.

Durante o exercício 2013, foram celebrados acordos de cooperação técnica com prefeituras municipais para implantação de Unidades Municipais de Cadastramento ã UMC num total de 25. E a qualificação de 45 representantes dessas UMC, que realizam a atualização cadastral de imóveis de até 04 módulos rurais e consulta ao banco de dados do SNCR. Estavam previstos dois polos de treinamento, porém com a redução orçamentária do 2º semestre foram adiados para o ano de 2014.

3.1.3 Territórios Quilombolas

Em abril de 2013 foram concluídos e entregues 4 (quatro) Relatórios Antropológicos, finalizando o contrato de prestação desse serviço com o Instituto Olhar Etnográfico. Os Relatórios Antropológicos foram das seguintes comunidades quilombolas: Comunidade Quilombola São Benedito/Tia Eva de Campo Grande, Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro de Nioaque, Comunidade Quilombola Família Ozório de Corumbá e Comunidade Quilombola Família Jarcem de Maracaju.

Com a conclusão destes relatórios foi possível dar andamento aos outros procedimentos do RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação) nas quatro comunidades, tais como: levantamento fundiário, planta e memorial descritivo, cadastro quilombolas e levantamento de sobreposições. Há a previsão de concluir todas estas etapas para as quatro comunidades no ano de 2014.

Uma ação iniciada e concluída no ano de 2013 foi a qualificação de 8 (oito) processos administrativos de comunidades quilombolas que se encontram na fase inicial, ou seja, sem Relatório Antropológico. Esta ação abrangeu as seguintes comunidades: Águas do Miranda em Bonito, Família Bispo em Nioaque, Família Bulhões em Nioaque, Família Campos Correia em Corumbá, Família Maria Theodora Gonçalves de Paula em Corumbá, Família Quintino em Pedro Gomes, Família Romano Martins da Conceição em Nioaque e Furnas dos Baianos em Aquidauana.

No processo administrativo da Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte em Corguinho, que está na fase de desintrusão na esfera judicial, foi depositado judicialmente o valor R\$ 447.061,19 destinado ao imóvel de propriedade de Zeferino Bigolin e SM/Agropecuária São Valentim/Fazenda Santa Terezinha. Esse imóvel, que é incidente ao território reivindicado da referida comunidade, teve sua área reavaliada e houve o aceite do acordo para complementação do valor avaliado inicialmente, tendo também concedido o direito de extensão da área remanescente ao território quilombola. Discriminando os valores temos: área principal - R\$ 45.845,81(quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), complementação do valor; R\$ 401.215,38 (quatrocentos e um mil duzentos e quinze reais e trinta e oito centavos), que corresponde ao valor da área remanescente de 223,6666 ha.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

Foi criada nesta Superintendência uma ferramenta informatizada e desenvolvida pelos próprios técnicos da Divisão para distribuição e controle dos processos de certificações trabalhados, podendo gerar relatórios das atividades realizadas.

Também foram criadas planilhas para monitorar os pedidos de prioridade.

Os procedimentos acima procuram otimizar o atendimento bem como controlar o fluxo e a regularidade normativa dos processos.

No serviço de cadastro e fiscalização rural é realizado o controle dos registros no sistema SNCR, procurando detectar as inconsistências dos dados cadastrais, efetuando, quando necessário, o cancelamento de códigos de imóveis rurais em conjunto com a Procuradoria Jurídica. Nesse procedimento, no ano de 2013, foram detectados e cancelados, no município de Ladário/MS, 42 códigos de imóveis rurais, em um total de 373.214 hectares. Esta situação era emblemática no estado, onde o cadastro apresentava 395.973(trezentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta e

três) hectares em um município cuja área é de apenas 34.077 (trinta e quatro mil e setenta e sete) hectares.

3.1.5 Indicadores

Com relação aos índices aferidos, apresentamos abaixo mais esclarecimentos em análise aos mesmos.

- a) **Índice de Cadastramento de imóveis rurais:** Temos cadastrados 95,6% do território de Mato Grosso do Sul no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.
Foram formalizados, em 2013, termos de cooperação técnica com 25 municípios neste Estado para atendimento do cadastramento no SNCR de imóveis rurais de até 4 módulos através das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC's, totalizando 62 dos 78 municípios de MS. A SR(16)MS atingiu 79,4% dos municípios de Mato Grosso do Sul.
Metas para o ano 2014:
-Renovação dos termos de cooperação técnica de 36 municípios.
-Treinamento em até 100% das UMC's já implantadas,
- b) **Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis:** o rendimento aproximado de análise de processos foi de 133% em relação aos protocolados em 2013.
Metas para o ano 2014:
Analisar 2.500 processos de certificação de imóveis rurais, utilizando para isso a ajuda de convênios (ou termos de cooperação técnica) com outros órgãos.
A implementação do SIGEF, conforme explicado no início do item 3.1.2, possibilitará a redução do passivo em 90%, uma vez que não haverá entradas de processos.
- c) **Índice de Regularização Fundiária:** As metas propostas eram regularização fundiária da Colônia São Domingos em Corumbá/MS e do Rocio do município de Amambai/MS, porém o resultado do exercício não foi alcançado, ou seja, índice de 0%.
Os imóveis já foram georreferenciados. Estão em fase de certificação a Colônia São Domingos e na fase de registro na matrícula, em cartório, da certificação do Rocio do município de Amambai/MS. No caso do Rocio do município de Amambai/MS o registro é de responsabilidade do município que até agora não concluiu o feito.
Durante o ano de 2013 foi desenvolvido pelo Incra Sede uma nova instrução normativa sobre regularização fundiária, visando tornar o procedimento técnico mais ágil e célere. Esta se encontra aguardando aprovação da Procuradoria Jurídica.
A redução orçamentária realizada no segundo semestre de 2013 foi outro fator que dificultou a conclusão dos serviços.
Metas para o ano 2014:
-Conclusão do registro e desmembramentos das áreas do Rocio do município de Amambai/MS num total de 5.956 ha Georeferenciados, certificados e desmembrados.
-Certificação da Colônia de São Domingos em Corumbá/MS, área de 3.709,15 hectares.

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados ñ Disponíveis no SNCR (34.143.035,33 ha).	95,6%
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) ñ Conforme disponível em www.ibge.gov.br .(35.714.553,20 ha)	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício ñ conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb (2950 concluídos).	133,24%
				Número de processos de certificação protocolados no exercício ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb (2214 protocolados).	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. (zero)	0%
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado ñ Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. (303 imóveis)	

Fonte: SIR Monitoramento, SNCR, IBGE, e Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

A Superintendência não atuou nestas questões no exercício em referência.

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	30.500	29.037	494.633,34	480.552,96	427.759,20	427.759,20	52.793,76
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	357	357	78.545,37	68.804,21	36.324,47	36.324,47	32.479,74
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0*	2.491,7318	1.601.815,27	1.601.815,27	1.601.815,27	1.601.815,27	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	4	8	46.650,11	43.361,93	24.015,12	24.015,12	19.346,81
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	0	24.193,78	24.159,16	7.231,16	7.231,16	16.928,00

Fonte: SIR Monitoramento, Siafi Gerencial e Divisão de Obtenção de Terras.

*Meta não atribuída à Superintendência Regional por ser centralizada no Incra Sede, assim como o movimento de Títulos da Dívida Agrária. Os valores descentralizados e pagos (R\$ 1.601.815,27) referem-se tão somente à pagamentos de benfeitorias, atrelados à pagamentos de TDA's, emitidos pelo Incra Sede para pagamento de 2.491,7318 ha de terra (meta física).

Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	-	17.840,38	2.421,24	4.019,80	11.399,34
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	-	22.773,99	7.045,19	10.082,76	5.646,04
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	431	40.149,89	1.060,25	4.724,00	34.365,64
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	-	7.833,96	317,92	6.516,04	1.000,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

Fonte: SIR Monitoramento, Siafi Gerencial e Divisão de Obtenção de Terras.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Em cumprimento à Portaria MDA N.06/2013, a Superintendência de Mato Grosso do Sul elaborou, no primeiro trimestre de 2013, o Plano Estratégico de Reforma Agrária. Este Plano elegeu o Eixo de Desenvolvimento que, no Zoneamento Ecológico Econômico do Governo Estadual é denominado de óArco Lesteô. A escolha deste eixo, foi estabelecida considerando os indicadores de alta concentração fundiária; grande demanda social fundamentada; existência de ações do Poder Público no âmbito do Programa Territórios da Cidadania; inexistência de outro interesse público prevalente; capacidade de geração de renda; condições edafoclimáticas favoráveis e grande número de imóveis acima de 15 módulos fiscais. Neste Eixo foi estabelecida como área prioritária uma faixa de 20 quilômetros de cada lado da BR 267, numa extensão aproximada de 200 quilômetros, situada entre Nova Alvorada do Sul e Bataguassu. Desse modo, vistorias fora desta área prioritária podem ser contempladas, mas, em caráter de exceção.

Das 07 (sete) vistorias realizadas em 2013, 05 (cinco) delas ocorreram no eixo estabelecido pelo Plano Estratégico. Destas, três foram classificadas como grande propriedade improdutiva e para aproveitamento no Programa de Criação de Assentamento e dependem da conclusão da fase recursal e da adequação do valor do imóvel dentro do exigido pela Portaria MDA N. 07/2013, que estabelece o valor máximo de R\$ 140.000,00 por família assentada.

Tabela 1: Vistorias para classificação realizadas em 2013

	Nome de Imóvel	Município	Área Medida	Classificação
1	Faz. Festa Brava	Nova Andradina	9.621,7675	Produtiva
2	Faz. Tupi	Nova Andradina	6.653,5024	Produtiva
3	Faz. Saco do Céu	Nova Andradina	5.295,6172	Improdutiva
4	Faz. Colorado	Bataguassu	4.058,3676	Improdutiva
5	Faz. Sta Rosa	Bataguassu	4.262,3539	Produtiva
6	Faz. Vitória/Sta Rosa	Nova Alvorada	2.116,5589	Produtiva
7	Faz. São Judas	Naviraí	1.228,0868	Produtiva

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras.

No exercício de 2013, foi criado apenas o Assentamento Nazareth, no município de Sidrolândia, com área de 2.600,0304 hectares. Este assentamento é procedente de uma área classificada como improdutiva em 2008, cujas demandas administrativas e judiciais estenderam-se até 2013. O custo médio por hectare foi de R\$ 6.615,12, porém o valor do imóvel está sendo questionado judicialmente pelo antigo proprietário.

As providências de implantação deste Assentamento foram tomadas no exercício de 2013, com a definição da lista de candidatos e a realização do certame licitatório para demarcação das parcelas e demais áreas.

A previsão de custos para implantação da rede de água para este assentamento criado foi estimado em R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) e para estradas R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme informado pelo Serviço de Infraestrutura. Sobre as linhas de crédito instalação não há como prever, uma vez que estão sendo reformuladas, inclusive no que se refere aos valores.

No caso de construção de casas para o PA Nazareth, com a extinção da modalidade Aquisição de Materiais de Construção do Crédito Instalação e transferência desta ação para o Programa Minha Casa Minha Vida, sob gestão da Caixa Econômica Federal com recursos do PNHR, o valor individual passou a ser de R\$ 28.500,00, ou seja, R\$ 4.873.500,00 (quatro milhões oitocentos e setenta e três mil e quinhentos reais) para 171 famílias.

Os custos de assistência técnica foram estimados em R\$ 239.765,29 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e vinte e nove centavos), sendo R\$ 8.915,29 para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento ã PDA, e aproximadamente R\$

1.350,00 por família para assistência técnica pelo período inicial de um ano, que totaliza R\$ 230.850,00 (duzentos e trinta mil oitocentos e cinquenta reais).

Os custos de Demarcação topográfica do PA Nazareth, após licitação, ficaram em R\$ 20.787,00 (vinte mil setecentos e oitenta e sete reais).

Na programação para 2014, foi estabelecida a meta de 30.500 hectares para vistoria de áreas e 12.015,49 hectares de obtenção para criação de assentamentos, sendo a desapropriação por improdutividade a modalidade priorizada pela Superintendência.

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Superintendência tem praticado o desconto dos valores das áreas degradadas de reserva legal e preservação permanente. No exercício de 2013, com apenas uma área obtida, foram descontados R\$ 11.460,23 referentes à degradação ambiental no imóvel Fazenda Nazareth, município de Sidrolândia, conforme Licença Ambiental Prévia IMASUL N.001/2013.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Tendo em vista que esta Unidade ainda aguarda orientações do Incra Sede sobre cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de referência do relatório de gestão e nos anteriores para fins de registro, pela Contabilidade, em contas contábeis específicas, conforme determina o item 9.2.6 do Acórdão TCU nº 557/2004 ã Plenário, a Diretoria de Obtenção encaminhou a seguinte nota:

A ação é de responsabilidade da PFE e DA, uma vez que a Diretoria de Obtenção de Terras inicia o processo administrativo de obtenção de recursos fundiários, realizando vistorias para fins de classificação fundiária, verificação do cumprimento da função social, viabilidade para assentamento e avaliação do imóvel. Após a devida instrução e estando a proposta de obtenção do imóvel apta, verificado todos os requisitos (Função Social, Viabilidade e outros), no caso da desapropriação, o imóvel será objeto de ação judicial de desapropriação para fins de reforma agrária, ficando a cargo da PFE/AGU as demais atividades inerentes ao processo judicial, que culminará com o ato de imissão da posse do imóvel e autorização judicial para transcrição/registro do imóvel em nome do INCRA, ficando a cargo da DT a participação no processo judicial como assistente técnico, quando demandada pela PFE/AGU. A fase final do processo judicial pode se estender por longos anos, devendo ser acompanhada pela PFE/AGU. Somente após autorização judicial para a transcrição do imóvel em nome do INCRA é que a PFE poderá designar representante para o registro do imóvel no Cartório (CRI), possibilitando assim que a seja encaminhado à DA a documentação para o registro contábil.

Quando no caso de compra/venda a transcrição deverá ser feita de imediato, após assinatura do contrato de Compra e Venda (Superintendente ou outro Procurador designado), que deve ocorrer antes da liberação do pagamento dos TDAs (liberação analisada e autorizada pela PFE e efetuada pela DA).

As ações de transcrição e registro patrimonial não são de responsabilidade da DT, pois tem o seu trâmite e procedimentos alheios à esta Diretoria.

A inclusão dos imóveis desapropriados nas contas contábeis é de responsabilidade da Diretoria Administrativa - DA, na medida em que os imóveis foram sendo efetivamente incorporados ao patrimônio do INCRA, com a devida transcrição/registro no CRI, quer via Desapropriação ou Compra/Venda. Esta informação deverá ser fornecida pela PFE/AGU à DA, sempre que houver a efetiva transcrição do imóvel em nome do INCRA, no CRI, originada após o ato judicial ou administrativo autorizativo.

Alerta-se que alguns PA são criados apenas com o ato de imissão na posse, enquanto o processo judicial de desapropriação se estende na esfera judicial, só ocorrendo a autorização para transcrição do imóvel, em nome do INCRA, quando findado o processo judicial.

Cabe salientar que o acórdão refere-se à "imóveis desapropriados", restando dúvidas se refere também aos imóveis obtidos via Compra/Venda e aos incorporados ao programa de reforma agrária via não onerosa (arrecadação, doação, transferência e outros).

A Divisão de Análise e Orientação Contábil emitiu a seguinte nota:

Foi elaborado pelo INCRA/Sede um cronograma de registro de imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Dação, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Pública de Doação, Incorporação, Reconhecimento, Reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.

A Diretoria de Gestão Administrativa orientará às Superintendências Regionais quanto aos procedimentos a serem implementados, obedecendo aos prazos estipulados pelo referido cronograma.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

A estratégia utilizada pela SR para atendimento ao público alvo da reforma agrária foi a de utilização da lista única, aplicada aos pólos de municípios e, quando necessário, micropolos dentro do próprio município.

O Estado conta atualmente com 38.427 famílias cadastradas. O custo projetado para atendimento deste contingente é de R\$ 5.379.780.000,00, considerando a necessidade de adequação do valor do imóvel dentro do exigido pela Portaria MDA N. 07/2013 que estabelece o valor máximo de R\$ 140.000,00 por família assentada. Importante destacar a dificuldade de encontrar imóveis no estado cujo valor seja adequado ao teto estabelecido pela referida Portaria.

Em 2013, a Superintendência de Mato Grosso do Sul assentou 357 famílias, 171 em um assentamento novo e 186 em assentamentos criados em exercícios anteriores. Destas, 72 são resultantes do processo de exclusão de beneficiários fora do perfil da reforma agrária.

O planejamento para o exercício de 2014 é de assentar 600 famílias.

Quanto à publicação dos processos de recebimento de títulos de domínio e de concessão de uso de imóveis objeto de Reforma Agrária no Estado, em 2013 foram publicados 1.036 CCUs em 116 assentamentos e 239 TDs em 04 assentamentos.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

Dentro das questões fundiárias são utilizados os dados constantes no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e um dos propósitos das vistorias empreendidas pelo Incra nos imóveis rurais, além da fiscalização do cumprimento da função social, é a atualização *ex-officio* dos dados constantes no SNCR. Além disso, utilizou-se a base cartográfica da certificação de imóveis rurais, que foi um apoio importante para se cruzarem os dados cadastrais com imagens e polígonos georreferenciados, o que otimizou os recursos para deslocamentos, possibilitando-se vistoriar a campo apenas os imóveis com fortes indícios de improdutividade e características que atendem ao Plano Estratégico de Reforma Agrária.

Na obtenção de imóveis propriamente dita, no exercício em análise, a única forma adotada pela SR no exercício foi a desapropriação por interesse social, cujo rito processual é próprio e extremamente normatizado (lei 8629/93, NE 95/2010, IN 62/2010). Em todas etapas críticas, a Procuradoria Federal Especializada é consultada.

Além disso, desde o final de 2011, a SR-16 adotou, e os resultados têm sido muito proveitosos, um setor de Controle Interno, que analisa a instrução processual, visando ao mais completo cumprimento de todas as normas internas e externas.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras ñ Gastos no Programa 135/ação 4460 ñ Pagamento de TDA. = R\$ 16.910.963,70 Quantidade de terras obtidas no nível de agregação ñ Áreas com pagamento de TDA ñ Fonte DT - = 2.600,0304 ha	6.504,1404
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0*
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor ñ SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. = 17/178 x 100	9,55%

Fonte: Divisão de Obtenção de Terras da SR16 - * Com a revogação da Resolução CONAMA n. 387/2006, pela Resolução 458/2013, não foi possível a aferição do índice de protocolos de licença ambiental para projeto de assentamento, pois na nova Resolução são licenciadas as atividades e não os assentamentos.

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica.

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	9.983	9.983	13.395.957,04	13.368.786,90	1.934.347,27	1.934.347,27	11.434.439,63
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211 A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras iniciadas (famílias)	4.132	559	12.084.145,20	12.067.638,50	474.403,64	474.403,64	11.593.234,86
211 A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	1200	0	897.311,40	896.212,96	12.707,56	12.707,56	883.505,40
211 A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	1.122	899.317,51	674.735,80	442.558,79	442.558,79	232.177,01
211 A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	2.400	6.125	669.459,12	484.737,63	462.048,06	462.048,06	22.689,57
211 A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	2.625	148	739.087,00	725.110,60	21.634,86	21.634,86	703.475,74
211 A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	800	1.275	135.113,12	94.014,30	82.375,29	82.375,29	11.639,01
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	944,00	944,00	0,00	0,00	944,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	40	38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	90	48*	943,80	943,80	0,00	0,00	943,80

Fonte: SIR Monitoramento, Siafi Gerencial, *UFGD e Divisão de Desenvolvimento.

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento ã Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	8.411	13.719.326,46	0,00	2.485.760,31	11.233.566,15
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	1.905,80	726,53	0,00	1.179,27
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	478	87.955.273,00	10.220.400,00	2.429.000,00	75.305.873,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obras concluídas (famílias)	0	5.860.785,93	2.678,16	608.693,33	5.249.414,44
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialiação (famílias)	0	3.100,00	0,00	0,00	3.100,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	69.282,66	9.913,39	51.649,11	7.720,16
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	0	7.458,00	0,00	7.458,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	0	14.432,15	2.875,21	11.556,94	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	0	0,00	0,00	0,00	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Durante o ano de 2012, foi montado um banco de dados com todas as demandas de água e estradas, provenientes de levantamentos feitos pelo Setor de Infraestrutura e solicitações feitas pelas Associações e Prefeituras. No final de 2012, fazendo uma análise destas demandas, foi constatado que existia a necessidade de aproximadamente R\$ 47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais) para implantação e recuperação de estradas vicinais em assentamentos e de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) para implantação e melhorias de sistemas de distribuição de água em assentamentos. Com relação as ligações de energia, de acordo com relatórios enviados pelas concessionárias de energia do Estado de Mato Grosso do Sul, participantes do Programa Luz Para Todos, foi informado que já foram atendidas 25.000 famílias e que estão previstas no Programa Luz Para Todos ã Etapa 5, o atendimento de aproximadamente 3.450 famílias. Cabe ressaltar que este Programa é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia, onde a função do Incra é de apenas informar as demandas.

Após uma análise das demandas levantadas e recebidas das Associações e Prefeituras chegou-se a um consenso de se dar prioridade ao fornecimento de água para consumo humano nos assentamentos. Esta definição de prioridade de atendimento foi definida desta forma, baseado no fato de a água ser um gênero de primeira necessidade para a vida humana e que, sem o acesso a ela, não se pode exigir que as famílias permaneçam nos lotes, prejudicando assim todo o processo de Reforma Agrária planejado. Dentro das demandas de fornecimento de água levantadas e recebidas, foi verificado que existiam assentamentos que não possuíam sistemas de distribuição de água implantados e assentamentos que já possuíam sistemas implantados, mas que não atendiam a todas as famílias.

Baseado nestes fatos, no final de 2012 e início de 2013 foram elaborados 12 projetos básicos/executivos para implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água e 9 projetos básicos/executivos para melhoria de sistema de captação, armazenamento e distribuição de água. Estes projetos atenderiam 90% dos assentamentos que nunca tiveram sistema de distribuição de água e 9 assentamentos que já possuíam sistemas implantados mas com famílias que não estavam sendo atendidas. Com a elaboração destes projetos e recebendo recursos para executá-los, esta Superintendência atenderia mais de 60% das suas demandas de água. Além disso, para minimizar os custos das obras, foi firmada uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde ã Funasa, através de Termos Simplificados de Convênio de Cooperação Técnica, onde as perfurações de poços artesianos profundos fossem executados pela mesma, cabendo ao Incra custear apenas as diárias da equipe de perfuração. Com isso, conseguiu-se uma redução de 90% no custo da perfuração dos poços artesianos nas obras de implantação ou melhoria no sistema de captação de água.

Para 2014/2015, serão desenvolvidos os projetos básicos/executivos dos 10% restantes que nunca tiveram sistema de distribuição de água implantados e o restante das demandas de água existentes. A intenção desta Superintendência é ter todos os assentamentos sob sua jurisdição atendidos por sistemas de distribuição de água para consumo humano. Além disso, estão previstos convênios com Prefeituras, através do Chamamento Público nº 01, lançado pelo Incra Sede, para implantação e recuperação de estradas vicinais em assentamentos, onde será dada prioridade para implantação de estradas em assentamentos que ainda não receberam esta benfeitoria e tem previsão de obras de construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, sob gestão da Caixa Econômica Federal.

O ANEXO I (*Tabela de Obras de Infraestrutura ã Demandas de Água*) e o ANEXO II (*Tabela de Obras Infraestrutura*) apresentam os dados sobre o tratamento dos déficits de infraestrutura na jurisdição desta SR e a previsão de custos de projetos para os próximos exercícios.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento:

Foram fiscalizados 53 Projetos de Assentamentos em 17 municípios no exercício de 2013 totalizando 6.125 parcelas. As motivações foram diversas, sendo elas a aplicação de crédito, liberação de Dapös para Pronaf, atendimento de demanda do MPF de Campo Grande e Dourados, Titulação, atendimento de determinação judicial, Acórdão TCU, retomadas de parcelas e emissão de CCU. Foi realizado encontro de capacitação envolvendo 40 servidores para discussão e padronização dos procedimentos de fiscalização ocupacional numa carga horária de 32h.

No ANEXO IV (Ref. Item 3.3.3) ã Resultado das ações ã Supervisão Ocupacional pode-se verificar o detalhamento das atividades.

Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento:

Foram emitidos 239 títulos de domínio para beneficiários de 04 Projetos de Assentamento em 04 municípios do estado (217 a mais que no exercício de 2012). Também foram emitidos 1.036 Contratos de Concessão de Uso para beneficiários de 73 Projetos de Assentamento em 36 municípios do estado (509 a mais do que no exercício de 2012).

Com relação a destinação de imóveis foram realizadas 07 sendo 05 cessões e 02 concessões totalizando 75,5555 ha, publicadas em Diário Oficial.

De modo a aprimorar e uniformizar os procedimentos foi realizado encontro de capacitação envolvendo 44 servidores para discussão e padronização dos procedimentos de titulação e supervisão ocupacional numa carga horária de 32h.

Para melhor visualização, ver o ANEXO V (*Resultado das ações ã Titulação e destinação de imóveis rurais*).

Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento:

No exercício de 2013 os trabalhos giraram em torno da construção das informações acerca dos registros em cartórios dos Projetos de Assentamentos do INCRA. Inúmeras informações oriundas dos cartórios, após oficialização por parte do INCRA, ajudaram a construir a sequencia de trabalho para demarcação e titulação para os próximos 03 anos.

A equipe de demarcação topográfica também teve seu trabalho direcionado no lançamento da licitação para georreferenciamento do PA Itamarati I, a fim de atender determinações do TCU, constantes no Acórdão 356/2012 ã TCU ã Plenário, item 9.9.

A equipe de demarcação topográfica composta por 02 servidores participou como palestrante do encontro de titulação e fiscalização ocupacional ocorrido no início do exercício afim de orientar os demais colegas sobre os procedimentos de registro, matrícula e demais informações sobre os assentamentos do INCRA junto aos cartórios.

As ações de demarcação topográfica para o ano de 2013 na SR 16 foram planejadas para atender 15 projetos de assentamento, num total de 3.385 famílias. Dois processos administrativos foram conduzidos para a licitação dos serviços. Destes, R\$ 725.110,60 foram empenhados e apenas R\$ 21.634,86 foram liquidados até dezembro de 2013. Este último recurso foi utilizado para atender as 148 famílias do P.A. Campanário, compreendendo o georreferenciamento do perímetro (138 lotes) e também do parcelamento (10 lotes); além dos custos com despesas operacionais.

Os R\$ 703.475,74 de restos a pagar correspondem aos outros 14 projetos de assentamento (Capão Bonito, Floresta Branca, Itamarati (dividido por grupos na Tabela), Marcos Freire, Mercedina, Monjolinho, Nazareth, Nova Alvorada, São João, São Luiz, São Manoel, Sul Bonito, Sumatra e Tupanceretan) que, devido aos procedimentos após o processo licitatório, não foram contratados até dezembro de 2013, o que significa o atendimento de 3230 famílias, que não foram contabilizadas na meta física por não constarem em contratos publicados dentro do exercício.

O detalhamento pode ser verificado no ANEXO VI (*Resultado das ações ã Demarcação Topográfica*).

Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol:

Em 27 de agosto de 2013 a SR 16 instituiu através da Ordem de Serviço/SR-16/Nº84/2013 o Grupo de Projetos nesta Superintendência, com o objetivo de análise, emissão de pareceres técnicos, acompanhamento e fiscalização dos projetos dos Programas Terra Sol e Terra Forte e outros de caráter técnico produtivo, quando demandados.

Após a criação deste Núcleo de Projetos, os servidores envolvidos foram enviados a SR 11 no Rio Grande do Sul com o objetivo de intercâmbio e capacitação nas rotinas técnicas e jurídicas destes programas, e desde então o Núcleo de Projetos mantém a rotina de recepção, análise e encaminhamento das propostas de projetos.

No mês de Julho de 2013(09/07 à 10/07/2013) foi realizada uma Oficina de Trabalho sobre o Programa Terra Forte e Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, com um publico de aproximadamente 110 Pessoas, entre produtores, prefeitos, técnico e outros atores envolvidos na área.

A relação de atividade e situação pode ser visualizada no ANEXO VII (Ref. Item 3.3.3) ã Resultado das ações ã Terra Sol ã Resultado das ações ã Terra Sol.

Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária:

Foi realizado um curso de Pós-Graduação em Gênero e Interculturalidade pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, iniciou-se no ano de 2011 e finalizou no ano de 2013, uma parcela de R\$ 25.190,00 (Vinte e cinco mil e cento e noventa reais).

Está sendo executado um curso de especialização em Residência Agrária para 48 (quarenta e oito) alunos de 23 (vinte e três) Assentamentos, sendo que destes alunos 06 (seis) são Técnicos das ATER e os demais são Assentados, pela Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD,iniciou-se em 2013 e término em 2015.

Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária:

Foram fiscalizados 10 projetos de assentamento em 3 municípios no exercício de 2013 totalizando 912 famílias monitoradas. Houveram muitas incursões em projetos de assentamento com vista ao saneamento de pendências em processos de crédito, principalmente relacionados à convalidação de contratos de concessão.

Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento:

No exercício de 2013 foram desenvolvidos 21 projetos básicos/executivos para implantação ou melhoria de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água em assentamentos. Destes 21 projetos, 17 transformaram-se em obras, atendendo 1470 famílias, onde 1071 famílias não possuíam sistema de distribuição de água e 399 famílias passaram a receber água através de melhorias nos sistemas existentes. Esta quantidade de famílias atendidas não se iguala ao apresentado na Tabela 9 devido ao fato que algumas licitações foram encerradas no final de 2013 e os contratos foram assinados somente no início de 2014 assim como alguns convênios tiveram seus Termos assinados somente no início do ano de 2014. Cabe esclarecer que do montante total de 1.470 famílias, em 2013 foram assinados contratos para atender 559 famílias. Já no início de 2014 foram assinados contratos para atender 255 famílias e celebrados convênios com Prefeituras para atender 656 famílias.

Há que se esclarecer que houve uma distorção na meta prevista para esta ação. Isso ocorreu devido ao custo médio por família de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), utilizado como base pelo Incra Sede, aparentemente apenas prevendo abertura de estradas (Plano Interno 19 - *Infraestrutura Viária*), entretanto o custo estimado por família para as obras de abastecimento de

água (Plano Interno 18 - Infra-estrutura Sistema de Abastecimento de Água) no Mato Grosso do Sul é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Além disso, foram perfurados 17 poços artesianos através da parceria com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atendendo a 759 famílias, proporcionando uma economia de R\$ 933.978,00 (novecentos e trinta e três mil, novecentos e setenta e oito reais) aos cofres públicos.

A situação das contratações pode ser vista no ANEXO VIII (*Resultado das ações de Infraestrutura*).

Os resultados do trabalho em parceria com a FUNASA podem ser conferidos no ANEXO IX (*Resultado das ações de Parceria*).

Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas:

Foram aplicados um total de R\$ 7.610.228,68 de janeiro à dezembro de 2013. Houve a efetiva conclusão da aplicação do crédito para 98 famílias. Houve um número maior de assentamentos com pagamentos feitos do que os efetivamente monitorados tendo em vista a grande quantidade de pagamentos já fiscalizados anteriormente, porém pendentes de pagamento devido à problemas de ordem processual. Ao todo foram realizados pagamentos para 24 projetos de assentamento.

Com o efetivo controle, cadastramento e apuração dos créditos efetivamente aplicados, futuramente poderão ser identificados mais créditos efetivamente aplicados (famílias atendidas) no exercício de 2013.

Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR:

Com a publicação da Portaria Interministerial nº 78 de 08/02/2013 publicada no Diário Oficial da União nº 29 de 13/02/2013, os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, passaram a integrar os possíveis beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Cabe ao INCRA, nesse processo, além de garantir as soluções de infraestrutura básica nos assentamentos, fornecer às Entidades Organizadoras escolhidas pelos beneficiários, Relação de Beneficiários - RB aptos ao programa. Os critérios para seleção foram estabelecidos a partir da Nota Técnica INCRA nº 02/2013 publicada no boletim de serviço especial nº 03 de 23/07/2013. Nos últimos cinco meses de 2013, foram emitidas 11 (onze) relações de beneficiários para o Programa Nacional de Habitação Rural para 9 projetos de assentamento no total de 307 famílias.

Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural:

No exercício de 2013 não houve capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural.

Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária:

No exercício de 2013 foram atendidas 9.983 famílias resultante da contratação de três empresas prestadoras de ATER, sendo elas: AGRAER, CRESCER e COAAMS, materializado em quinze contratos (lotes). Destes, dez contratos (Chamada Pública 2011) atendem a 6.583 famílias em 42 projetos de assentamentos e outros cinco contratos (Chamada Pública nº 01/2013) atendem a 3.400 famílias em 19 projetos de assentamento, totalizando 61 P.A.s atendidos.

No ano de 2013 lançou a Chamada Pública nº 01/2013 onde além da contratação de empresas de ATER buscou-se trabalhar a flexibilização de algumas metas para dar mais dinamismo às ações dos técnicos em campo, visto que nas versões anteriores existiam 17 metas fixas e após o trabalho de estudo e redefinição das metas o que resultou numa diminuição do número das metas para 10 sem que, no entanto, houvesse perda de qualidade no serviço. Estas mudanças além de proporcionar aos técnicos de campo realizarem trabalhos mais específicos para cada PA, facilitou o trabalho de monitoramento da equipe de ATER do INCRA (em número de três componentes até o mês de setembro).

No decorrer do ano realizou-se, também aditivos em todos os contratos de ATES da Chamada Pública nº 01/2011 para ajuste de metas e valores em decorrência do aumento do salário-mínimo e aditivos para renovação dos contratos.

Houve também a assinatura e publicação dos Termos de Distrato que houve, em comum acordo, entre o INCRA e as empresas FAF e AESCA.

Mais detalhes seguem no *ANEXO X (Resultado das ações ñ Ates)*.

Retomadas de parcelas irregularmente ocupadas:

O trabalho de retomadas de parcelas no exercício de 2013 ocorreu no segundo semestre após as decisões judiciais a favor do INCRA. Foi necessário uma grande mobilização da Polícia Federal e Polícia Militar além de um aparato logístico de caminhões e trabalhadores braçais contratados para concretizar as retomadas. Foram cumpridas 52 reintegrações de posses em 08 projetos de assentamento todos localizados no Sul do estado.

Os dados das ações de retomadas seguem no *ANEXO XII (Resultado das ações ñ Regularizações de Parcelas)*.

Regularizações de parcelas:

Foram regularizadas 186 parcelas distribuídas em 49 Projetos de Assentamentos em 25 municípios no exercício de 2013. A grande maioria destas regularizações ocorreram em assentamentos com mais de 10 anos de criação conforme preconiza o normativo específico. Já as regularizações em assentamentos abaixo de 10 anos de criação foram quase todas em virtude das retomadas judiciais efetuadas pela Instituição principalmente na região Sul do estado. Outras regularizações foram para atender decisões judiciais e para ocupar parcelas identificadas como abandonadas.

O detalhamento dos resultados segue *ANEXO XII (Resultado das ações ñ Regularizações de Parcelas)*.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

A consolidação depende essencialmente da integração das ações e atuação em várias frentes de modo a fomentar a estruturação produtiva dos assentamentos. A seguir apresentamos as principais atividades nas ações específicas voltadas a este objetivo.

Ates: Algumas estratégias foram desenvolvidas para melhorar a ação da ATES no desenvolvimento dos assentamentos. Buscou-se uma otimização das exigências para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP's de modo a melhorar o desempenho da emissão e acesso dos assentados aos créditos disponíveis. Também buscou-se apoio das empresas de ATES no sentido de agilizar os trabalhos de aplicação de Créditos Instalação disponibilizados pelo INCRA. Houve a liberação de 1.332 DAP's durante o exercício, resultado esse refletindo quase o dobro do desempenho do exercício de 2012 oportunizou o acesso ao financiamento por parte dos agricultores viabilizando a consolidação da atividade produtiva nos assentamentos.

Infraestrutura: Na questão do fornecimento de água, para o exercício 2014/2015 foi feito planejamento no sentido de zerar os assentamentos que não possuem sistema de distribuição de água e solucionar os problemas nos sistemas já implantados, na intenção de que até o final de 2015 todos as famílias dos assentamentos do Estado de Mato Grosso do Sul estejam atendidos com água para consumo humano. Para tanto, o Setor de Infraestrutura continua a fazer levantamentos nos assentamentos que já possuem rede de distribuição instalada, no intuito de verificar novas demandas solicitadas e continua a desenvolver projetos para recuperação dos sistemas e implantação de novos sistemas no restante dos assentamentos que ainda não foram atendidos. Além disso, está sendo feita a digitalização dos projetos das redes de distribuição de água de todos os assentamentos, bem como a locação dos poços e reservatórios, com a finalidade de se ter um banco

de dados georreferenciado dos sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água existentes.

Na questão da implantação e recuperação de estradas, foi feito planejamento no sentido de implantar estradas vicinais nos assentamentos que ainda não foram contemplados com esta benfeitoria. Para tanto, estão sendo feitas gestões perante as Prefeituras dos municípios onde se localizam estes assentamentos no sentido de que estas insiram propostas no Chamamento Público nº 01, aberto pelo Incra Sede para implantação e recuperação de estradas. Além disso, estão sendo solicitadas as Prefeituras, que possuem demandas de recuperação de estradas, que formulem projetos e insiram propostas no Siconv para que possamos buscar recursos e firmar convênios.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

As principais atividades de controle da Divisão de Desenvolvimento no exercício de 2013 foram feitas através do monitoramento do desempenho e resultados das equipes gestoras e operacionais. Os 179 projetos de assentamentos do estado foram divididos em 08 regiões, sendo que cada região ficou sob responsabilidade de uma equipe específica para operacionalização em campo. A sede em Campo Grande ficou com 03 regiões, a Unidade Avançada de Dourados ficou com outras 03 regiões e a Unidade Avançada de Corumbá e a Unidade Avançada de Jardim completam as regiões.

Uma das equipes responsável por trabalhos na região de Campo Grande viabilizou a parceria firmada entre INCRA e Município de Sidrolândia na abertura de um escritório unificado naquele município, que concentra o maior número de famílias assentadas no estado, melhorando o atendimento dos beneficiários devido a proximidade com os assentamentos.

Foram estabelecidas metas de emissão de CCU, emissão de títulos, retomadas de parcelas, regularização de parcelas, liberação de DAP's e fiscalização de parcelas para todas as equipes regionais.

A Divisão dos trabalhos dentro desta metodologia possibilitou a elaboração do planejamento operacional da Divisão de Desenvolvimento, permitindo uma utilização dos recursos e dos veículos de forma mais ordenada.

Cada trabalho era controlado de uma forma diferenciada devido a especificidade de cada ação, mas em geral o foco de monitoramento foi o produto do trabalho das equipes ou seja a eficácia das ações e não somente a eficiência.

Controle na emissão de CCU e Título de Domínio:

A emissão de CCU é contabilizada somente após a publicação do mesmo em boletim de serviço em Brasília, o que evidencia que o documento foi assinado pelas partes com a devida instrução processual obrigatória, que passa por rigorosa análise documental através de *checklist*.

A emissão de Título de Domínio é contabilizada também somente após a publicação em boletim de serviço em Brasília.

Controle na emissão de DAP's:

Com relação a liberação de DAP's, no início do ano foi proposto pela Divisão de Desenvolvimento via processo devidamente formalizado junto ao CDR (Conselho de Decisão Regional), a flexibilização das exigências da emissão de DAP's, objetivando a diminuição da burocracia. Essa flexibilização após aprovação no conselho permitiu que se liberasse um numero de 1.332 DAP's no exercício, dobrando o desempenho do ano anterior, sem entretanto prejudicar a verificação de controle.

Cada DAP é contabilizada somente após o encaminhamento de ofício do Superintendente ao Banco do Brasil o que evidencia a correta instrução processual, pois os processos passam pelo crivo do setor de controle interno do Gabinete.

Controle de regularizações de parcelas:

As regularizações de parcelas efetuadas pelas equipes de trabalho, foram monitoradas e contabilizadas via SIPRA, o que evidencia todo o fluxo processual necessário para que o procedimento se finalize. Só ocorreram regularizações após efetuados todos os trâmites previstos nos normativos, devido as exigências do setor responsável pela atualização do sistema que não o faz sem a autorização do Superintendente, que também não autorizava sem a devida instrução processual. Todos estes procedimentos foram exaustivamente discutidos quando da realização do encontro de capacitação em titulação e regularização de parcelas.

Controle da Supervisão Ocupacional:

A supervisão ocupacional ainda não conta com um sistema informatizado de controle e, devido ao grande número de vistorias realizadas (6.125), assim como os desdobramentos pulverizados dos processos derivados, é difícil a centralização das informações. As vistorias foram contabilizadas em planilha eletrônicas após fornecimento de dados via relatório ou via e-mail por parte das equipes. Já há um esforço para se implantar sistemas integrados de verificação da regularidade dos beneficiários por parte do Incra Sede, que tem previsão de implantação no próximo exercício.

Controle dos expedientes de prazo:

O controle dos expedientes de prazo que eram submetidos a Divisão de Desenvolvimento foram monitorados via planilha de Excel.

As demandas encaminhadas pelos órgãos de controle, sejam eles, MPF, MPE, TCU, CGU, além de demandas das polícias Militar, Federal e Civil, e também as demandas da Procuradoria Jurídica, DPU, DPE e comissões de Sindicâncias ocuparam aproximadamente 1/3 do tempo de trabalho das equipes durante todo o exercício. O número de expedientes tramitando simultaneamente sempre flutua entre 30 a 40, ou seja a cada 10 que são respondidos, outros 10 são protocolados, sendo muito difícil baixar o número dos documentos em trâmite.

Controle do atendimento ao público:

O atendimento ao público externo também foi um trabalho muito demandado durante o exercício e que concorria com os trabalhos administrativos necessários para o Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, sendo que o monitoramento desse público foi muito difícil de realizar. No exercício de 2013 foi dado um pouco mais de importância ao atendimento do público interno do INCRA afim, de melhorar o fluxo de circulação dos processos e documentos dentro da Divisão.

Algumas demandas externas consumiram o trabalho da Divisão de Desenvolvimento e afetaram de certa forma o desempenho de toda a equipe. As mobilizações intituladas *Ó Abril Vermelho* e o *Ó Grito da Terra* organizados pelos movimentos sociais ocasionaram dezenas de reuniões para tratar de assuntos diversos, o que de certa forma ocasiona uma curva na trajetória de trabalho da Divisão.

O fechamento da BR 163 em três oportunidades por parte dos movimentos sociais, e a invasão do INCRA por parte do MST demandaram as equipes e ocasionam trabalhos extras não previstos inicialmente no planejamento operacional da Divisão.

Foram realizadas 02 reuniões planejadas de socialização do planejamento operacional da Divisão de Desenvolvimento junto aos 04 principais movimentos sociais do estado (CUT, FETAGRI, MST e FAF), sendo que três reuniões foram realizadas na sede dos movimentos. As reuniões objetivaram socializar todo o planejamento da Divisão, visando evitar movimentação ou cobrança por falta de informação.

Capacitação interna:

Dois encontros de servidores foram realizados por iniciativa da Divisão afim de capacitar e padronizar os procedimentos visando a melhoria dos trabalhos.

Ambos encontros consumiram uma semana cada e foram discutidos exaustivamente a regularização de parcelas, a retomada de parcelas, a titulação das parcelas e a aplicação dos créditos.

Controle dos recursos de diárias:

Os recursos de diárias das ações orçamentárias eram controlados pelo SCDP e SIAFI a fim de não permitir a utilização de um recurso para execução de outra ação.

Foram realizadas 03 grandes reuniões com os servidores da sede da Superintendência para tratar de assuntos diversos, sendo os principais as metas das equipes, a utilização correta dos serviços dos estagiários, a priorização incondicional de respostas aos documentos dos órgãos de controle, e a divisão dos recursos disponíveis entre as equipes.

Em geral, muitos trabalhos foram monitorados via sistemas disponíveis no INCRA, outros via relatórios e outros via planilha alimentadas manualmente.

O prédio antigo onde era abrigado a Divisão de Desenvolvimento impedia uma melhor organização dos processos, dos documentos e o conforto para o trabalho dos servidores, refletindo na dificuldade de localização de documentos e processos em determinados momentos, afetando o atendimento dos prazos e os controles das diversas atividades desenvolvidas na Divisão.

Crédito Instalação:

No exercício em referência a ação referente à aplicação de Crédito Instalação sofreu intervenções em nível nacional por várias questões fartamente avaliadas e repassadas tanto pela CGU como pelo TCU. A intervenção mais contundente foi a suspensão temporária da aplicação de créditos através Portaria nº. 352/2013, e posterior retomada após uma etapa de verificação e controle pelo Incra Sede.

Localmente a Superintendência buscou levantar e dimensionar os pontos críticos e rever os procedimentos, buscando aumentar o controle dos procedimentos e por outro lado minimizar os impactos no desempenho do atendimento às famílias que ainda tem créditos parciais a serem aplicados.

A seguir relacionamos o resultado dos levantamentos realizados sobre problemas, riscos e entraves e a seguir gestão para mitigá-los:

- a) Fragilidade processual: Foram identificados inicialmente cerca de 660 processos de concessão de crédito instalação, destes, 220 possuíam recursos em contas correntes no banco do Brasil totalizando mais de 79 milhões de reais. Os processos analisados com maior profundidade em 2013 apresentaram várias fragilidades como a falta de documentação básica, principalmente contratos de concessão de crédito e anexos obrigatórios exigidos em norma. Existem processos muito volumosos devido à quantidade de documentação não prevista no normativo inserida nos mesmos ao mesmo tempo em que outros necessários não foram juntados.
- b) Grande quantidade de pagamentos à fornecedores pendentes: Foram verificados a existência de vários pagamentos pendentes, alguns com mais de 24 meses de atraso.
- c) Falta de controle básico do processo: Ainda não temos o número exato de processos, as respectivas modalidades, fase em que se encontra, famílias atendidas, locais físicos onde estão armazenados, prestação de contas, etc. São mais de 660 processos distribuídos entre a sede e as unidades avançadas. Existem processos com apenas um volume e outros com mais de setenta. Vários processos agrupam mais de uma modalidade outros mais que uma conta

corrente. Existem processos distintos para aplicação dos rendimentos financeiros. Para fins de prestação de contas, bem como cobrança do crédito instalação, será necessário a apuração dos valores aplicados por beneficiário, a identificação dos contratos, termos de recebimento, ordens bancárias, etc. As informações deverão ser resumidas em uma planilha individual que foi definida pela Diretoria de Desenvolvimento e que servirá de base para inserção de dados no Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI.

- d) Pessoal com pouco conhecimento sobre os normativos do crédito: Devido provavelmente à falta de pessoal em quantidade suficiente, notou-se uma grande rotatividade de pessoal nas Ordens de Serviço específicas para o crédito. Existem casos onde para um único processo já foram designados mais de 18 servidores diferentes em várias ordens de serviço, geralmente mais de duas por ano. Os servidores trabalhavam em várias frentes ao mesmo tempo como fiscalização ocupacional, crédito, ATES, titulação e todas as outras atividades voltadas ao desenvolvimento dos PAs. Isso colaborou para a não formação de servidores especialistas na concessão e aplicação do crédito.
- e) Pequenos resultados em créditos concluídos - Apesar da efetiva aplicação de valores consideráveis em alguns projetos de assentamento, os resultados em famílias com crédito totalmente aplicado são ínfimos. Em que pese os problemas relacionados à paralisação ocorrida em 2010/2011 após a chamada Operação Tellus, um dos fatores que explica a pequena quantidade de créditos efetivamente concluídos, ou seja, que atingiram o valor total do crédito a ser concedido por família, diz respeito à metodologia adotada pelas equipes de crédito anteriores à criação do Setor de Crédito Instalação para a aquisição e distribuição de bens e serviços. Como exemplo a forma de aquisição de materiais de construção que era dividida em vários lotes por tipos de materiais o que acarretava na aquisição de produtos de vários fornecedores diferentes, bem como a pulverização de entrega de materiais o que acarretou em um grande número de beneficiários que recebiam pequenas quantidades de materiais. O resultado são muitas construções iniciadas, porém não concluídas. Existem casos, como o PA Santa Mônica, em que um único beneficiário possui mais de 17 termos de recebimento de produtos, ou seja, recebeu a visita de um fornecedor para entrega de materiais pelo menos 17 vezes ao longo de mais de 1 ano e estas, por sua vez, acarretaram em várias visitas ao mesmo lote, mesmo que se agrupasse ao máximo os termos/notas fiscais a fiscalizar por família. Notou-se que a metodologia adota, na maioria das vezes, foi copiada daquela utilizada pelas Entidades Organizadoras contratadas pela Caixa Econômica Federal.
- f) Paralisação da aplicação do crédito por força da Portaria 352/2013: Após várias ações visando a retomada da aplicação do crédito que há muito estava paralisado, alguns desde 2011, houve outra paralisação, desta vez por força da Portaria 352/2013.

Providências de gestão e controle utilizadas em 2013 nos procedimentos referentes à aplicação do Crédito Instalação:

- g) Criação do Setor de Crédito: Com vistas a profissionalizar bem como centralizar as ações relacionadas ao crédito instalação em um só setor, foi criado o Setor de Crédito Instalação através da Ordem de Serviço nº 004/2013, para o qual foi designado servidor com experiência de mais de cinco anos dedicada ao crédito, com vários trabalhos realizados em outras superintendências e na sede do INCRA em Brasília. Após vários meses de experiência, passou-se a análise pré-pagamento do procedimento que era feito pelo Setor de Controle Interno para o Setor de Crédito, o que auxiliou na agilização de pagamentos, bem como aliviou o fluxo do Setor de Controle Interno, que atende a todos os setores da superintendência, aproximando a etapa de controle das atividades de campo, mantendo a segregação.

h) **Curso de crédito instalação:** Visando nivelar os principais conceitos em torno da concessão e aplicação do crédito instalação, bem como demonstrar as principais fragilidades encontradas nos processos de crédito da SR-16/MS e meios de sanear-los, foi realizado no período de 23 a 26/04/2013 no auditório do Banco do Brasil em Campo Grande o primeiro Curso de Crédito Instalação com a participação de 23 (vinte e três) servidores da Divisão de Desenvolvimento e 18 (dezoito) das Unidades Avançadas ligados ao crédito instalação.

i) **Implantação de sistema informatizado para controle do crédito:** O controle mínimo do crédito através de planilhas eletrônicas não era mais possível. Após o conhecimento de experiência exitosa em outra superintendência regional, implantamos em caráter experimental o Sistema provisório de Crédito Instalação (SpCI) em paralelo à utilização do SGI (que é consideravelmente inferior ao utilizado pela SR16 em termos de capacidade, integração e consistência de dados), que continuou sendo alimentado de forma otimizada pelo SpCI. O sistema é utilizado rotineiramente para lançamento de dados e controle do crédito instalação.

Foi realizado cadastro básico no SpCI dos processos de crédito conhecidos, ou seja, foram incluídas informações básicas com base em informações levantadas anteriormente, porém espalhadas em várias planilhas e textos diferentes. Após o cadastramento básico, foi feito o cadastramento detalhado dos processos cuja aplicação estava em andamento. Neste cadastramento detalhado, são incluídas informações sobre o projeto de assentamento, modalidade, famílias beneficiárias, dados físicos do processo, empenhos, contas bancárias, ordens bancárias, ofícios de pagamento, fornecedores, notas e recibos, associações e representantes, ordens de serviço, requisitos normativos atendidos/não atendidos, rateio de despesas entre beneficiários, dentre outros.

Foram cadastrados no SGI 394 processos de crédito em 2013, com 1.776 ofícios de autorização de pagamentos, 2.811 fornecedores, sendo 164 pessoas jurídicas e 2.647 pessoas físicas (pedreiros, mutirantes, etc.). A alimentação precisa e rápida do SGI foi possível devido a implantação do SpCI que migrou os dados de forma objetiva.

O SpCI utiliza o poderoso banco de dados relacional Postgresql. Possui controle de acesso de usuário por permissões bem como mantém registrado as principais atividades executadas pelos usuários (*log*). O sistema permite a utilização por vários usuários de forma concomitante o que permite uma grande quantidade de inserção de dados de forma simultânea.

Os ofícios de autorização de pagamentos são feitos através do sistema que realiza vários cruzamentos e críticas afim de evitar, por exemplo, pagamentos em duplicidade, erros de digitação de dados, etc. O sistema também auxilia na emissão dos anexos obrigatórios da NE 79/2008, como o Anexo II, Anexo IV e outros. As movimentações feitas através dos ofícios de pagamento, podem ser comparadas aos extratos existentes nos autos para fins de conciliação bancária, para a qual emite relatório consolidando-o. Todas as funcionalidades do sistema são voltadas para agilização da operacionalização das ações de concessão e aplicação do crédito e culminam com os dados necessários para fins de realização da prestação de contas e cobrança do crédito.

j) **Alteração da metodologia de aquisição e entrega de bens e serviços:** Quando da necessidade de abertura de novos editais para aquisição de bens/serviços, procurou-se, na medida do possível, a utilização de lote único com vistas a contratação de apenas um fornecedor. Essa medida visa evitar imprevistos como a falha na cadeia de fornecimento de materiais bem como reduzir custos com a fiscalização de entregas. Também houveram algumas mudanças na metodologia de entrega de produtos, onde se procurou a entrega total de produtos por família ao invés da entrega pulverizada para várias famílias, a exemplo do

edital para aquisição de produtos para o crédito Aquisição Materiais de Construção no PA Estrela Campo Grande, onde em lote único o fornecedor teve que concluir a entrega dos materiais faltantes para cada beneficiário antes do faturamento dos produtos, ou seja, o mesmo é pago somente quando todo material previsto para determinado beneficiário for totalmente entregue. Procurou-se também diminuir a quantidade de beneficiários a serem atendidos por etapa afim de evitar grande quantidade de materiais a serem consumidos no assentamento sem que haja mão de obra suficiente para tal.

Restabelecimento da aplicação do Crédito Instalação:

Como resultado de várias ações que já estavam sendo realizadas, foi possível realizar ações para o restabelecimento do crédito, dentro do prazo estipulado de 2 dias, para 14 (quatorze) processos de crédito. Posteriormente foi possível solicitar o restabelecimento de mais 14 (quatorze) processos, que ao todo somam R\$ 17.970.214,99.

Demonstrativos das ações empreendidas para eliminar o passivo de créditos a aplicar:

Passivo de pagamentos pendentes: Em 2013 procurou-se resgatar as informações e documentação necessária com vista ao pagamento de produtos/serviços já entregues. Para tanto, foi necessária a análise e o saneamento de várias pendências processuais em atendimento às constatações feitas pelo Setor de Controle Interno, além de incursão em alguns projetos de assentamento visando a confirmação de entregas. Neste sentido, foram pagos R\$ 1.802.488,31 em notas fiscais emitidas em 2012, R\$ 791.796,84 emitidas em 2011, R\$ 53.532,00 emitidas em 2010. O total de pagamentos realizados pode ser visualizado no Demonstrativo de Aplicação Efetiva do Crédito, no ANEXO III (*Tabela Crédito Instalação*).

Do crédito que foi restabelecido dentro dos critérios previstos no Memorando/Circular nº 09/P/Incr/2013 que somam R\$ 17.970.214,99 foram efetivamente aplicados em 2013 R\$ 3.553.510,09.

Passivo de prestação de contas: Foram cadastrados 394 processos de crédito com 1776 ofícios de autorização de pagamentos, 2811 fornecedores, sendo 164 pessoas jurídicas e 2647 pessoas físicas. Os ofícios de pagamento continham 10.072 notas e recibos de produtos/serviços totalizando R\$ 48.126.267,85 sendo que deste valor R\$ 10.973.734,62 já foi conciliado junto aos extratos de comprovação de movimentação bancária.

Controle de pagamentos de Crédito Instalação:

Como estratégia para cobrança, esta-se realizando gradativamente o cadastramento dos processos de crédito e a realização do rateio das despesas por beneficiários com vistas a confecção de documento para subsídio para lançamento de dados no módulo de cobrança do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, conforme previsto no Memorando/Circular Conjunto/DA/DD/PFE/Nº 378/2013.

3.3.6 Indicadores:

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico ñ encanado, de poço ou de cisterna no exercício ñ dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício ñ Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR (559 famílias);	156,58%
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício ñ Sipra Rel. 229. (357 famílias)	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA ñ Fonte Módulo de monitoramento. (59 PA's)	32,96%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados ñ Sipra ñ relatório 227. (203 PA's)	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício ñ Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR (0);	0
				Número de famílias assentadas no exercício ñ Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233. (357 famílias)	

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício ã Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	2.430
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica ã Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR (9.983 famílias);	34,85%
				Número de famílias dos PA(s) ã Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 31.12.2013 (28.643 famílias)	
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas ã Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. (6.125 parcelas)	21,38%
				Quantidade total de parcelas por nível de agregação ã Sistema SIPRA/SIR (28.643 Parcelas).	
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 ã Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. (4.717 famílias)	16,47%
				Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA ã Sipra Rel 229. (28.643 famílias)	

Fonte: SIR Monitoramento, Banco do Brasil, Sipra e Divisão de desenvolvimento.

- a) Índice de acesso à água para consumo doméstico;
Para o exercício de 2013, a meta estipulada era de atender 985 famílias a serem atendidas por fornecimento de água. A meta real do exercício foi de 559 famílias, conforme os parâmetros estabelecidos para que sejam contabilizadas as famílias atendidas. Ressaltamos que o trabalho que foi feito pelo Setor de Infraestrutura foi desenvolvido para atender 1.470 famílias, excedendo em aproximadamente 50 % da meta prevista. Devido a descentralização tardia de recursos, houveram licitações e convênios que tiveram o seu encerramento no final do exercício, não dando tempo hábil para que os contratos e termos fossem concretizados. Se fizermos um levantamento destes contratos pode-se comprovar que a maioria deles foi assinado no início de 2014, mas devido aos critérios da avaliação da gestão considerar apenas as obras contratadas dentro do exercício, estes contratos não puderam ser computados neste Relatório de Gestão. Portanto na avaliação de eficiência do Setor de Infraestrutura no exercício de 2013 pode-se computar que foram firmados contratos para atender 559 famílias e que foram feitos todos os procedimentos para atender 1.470 famílias. Para 2014/2015, serão desenvolvidos os projetos básicos/executivos dos 10% restantes que nunca tiveram sistema de distribuição de água implantados e o restante das demandas de água existentes. A intenção desta Superintendência é ter todos os assentamentos sob sua jurisdição atendidos por sistemas de distribuição de água para consumo humano. Além disso, estão previstos convênios com Prefeituras, através do Chamamento Público nº 01, lançado pelo Incra Sede, para implantação e recuperação de estradas vicinais em assentamentos, onde será dada prioridade para implantação de estradas em assentamentos que ainda não receberam esta benfeitoria e tem previsão de obras de construção de casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, sob gestão da Caixa Econômica Federal.
- b) Índice de provimento de PDA/PRA; Os assentamentos atendidos são em sua maioria os que estão em fase de implantação. Uma grande parte de assentamentos não está contemplado por já estar em situação adiantada de implantação.
- c) Índice de acesso à moradia nos assentamentos;
Não foram concluídas moradias no exercício de 2014 tendo em vista a metodologia que vinha sendo adotada anteriormente onde várias casas eram iniciadas ao mesmo tempo e a entrega dos materiais era feita por lotes de produtos. Devido à vários problemas de ordem operacional e também da paralisação de vários processos devido à ação da justiça os cronogramas de conclusão estenderam-se por mais de um exercício. Boa parte dos pagamentos feitos em 2013 foi relativo à produtos já entregues. Ressalta-se que houve a criação do assentamento PA Fazenda Nazareth com 171 famílias que acessarão o Programa Nacional de Habitação Rural, bem como 186 famílias foram assentadas em lotes que já possuem moradia ou cujas moradias ainda são objeto de aplicação do crédito.
- d) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção; Este índice é informado pelo Banco do Brasil, abrangendo as linhas de Pronaf A, A/C e B. A relação deste índice com os trabalhos da Superintendência não é direta, uma vez que esta é responsável pela emissão das declarações de aptidão (DAP's), ficando a cargo do banco e da assistência técnica os demais procedimentos de contratação.
- e) Índice de provimento de Assistência Técnica; Os assentamentos normalmente são providos de assistência técnica até o acesso ao Pronaf, após isso a capacidade produtiva e adesão às atividades passa a ser bastante heterogênea. As atividades em assentamentos mais antigos muitas vezes ficam prejudicadas, sem público. Assim, são priorizados os assentamentos em estruturação produtiva. A experiência mostra que a universalização da Assistência técnica

(100%) não representa, necessariamente, melhora na produtividade das famílias como um todo.

f) Índice de Parcelas Supervisionadas:

Foram realizadas 6.125 vistorias ocupacionais nos assentamentos para atender solicitações diversas com um índice de 16,47% do total de famílias oficialmente assentadas. A liberação de Dapös, a aplicação de crédito, a emissão de títulos definitivos, a liberação de Contratos de Concessão de uso e o atendimento de solicitações do Ministério Público Federal foram os principais motivos que ocasionaram o deslocamento das equipes a campo para supervisionar os assentamentos.

g) Índice de consolidação de assentamentos:

O índice de consolidação de assentamentos está em 16,47% o que corresponde a 4.717 famílias assentadas nos 27 Projetos de Assentamentos já consolidados com infraestrutura, financiamento e documentos definitivos, inscritos na fase 07 no Sistema de informações da Reforma Agrária na SR 16/MS.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Não se aplica.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

Não se aplica.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica.

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

A Superintendência se utiliza do SISDOC como ferramenta disponível para o controle de documentos em atendimento ao público externo. Até mesmo as requisições mais simples das famílias assentadas são registradas no sistema de modo a possibilitar a consulta do atendimento em retornos posteriores.

Em consulta a este sistema, verificamos que foram protocolados 13.249 (treze mil duzentos e quarenta e nove documentos), número este que em nível nacional foi apenas superado pelo protocolo do Gabinete do Incra Sede, conforme consulta verificação com base na última numeração automática atribuída. Este volume mostra que a Unidade logrou êxito em garantir a centralização e registro no sistema disponível, com considerável aderência em todos os setores da Regional.

Infelizmente, entretanto, há que se registrar que este sistema ainda não dispõe de relatórios que possibilitem separar os atendimentos ao público externo exclusivos da Superintendência, o que há são consultas incluem todas as SR's. Também não há filtros necessários para se aferir o índice de atendimentos efetivamente concluídos ou o tempo de atendimento médio, o que seria possível apenas com um sistema do tipo *Workflow* (fluxo de trabalho).

Esta mesma restrição se aplica ao SISPROT, que é utilizado para acompanhamento de processos, mas não tem um monitoramento de distribuição de processos. Este sistema possibilita a

consulta listada (não relatórios) com filtro para se visualizar apenas a Superintendência (o que não é possível no Sisdoc) mas não possibilita o filtro por exercício.

Em 2013 foram formalizados 3.284 processos, conforme informação do setor de protocolo.

No setor de cartografia há uma ferramenta informatizada de controle dos trabalhos de análise e distribuição de processos, assim como o desempenho individual dos analistas. Esta ferramenta foi desenvolvida por servidores do próprio setor, e representa o principal meio de controle dos atendimentos ao público externo, uma vez que, dos 3.284 processos formalizados, 2.214 correspondem a processos de certificação de imóveis rurais, ou seja, 67,4% do total.

Com a implantação do SIGEF (vide item 3.1.4) o atendimento ao público externo no setor de Cartografia, em termos de processos, tem seu controle de distribuição monitorado, restringindo o controle da ferramenta local apenas aos processos antigos. Este é o cenário que se desenha para o próximo exercício.

A análise de metas em processos distribuídos e finalizados da cartografia já estão contempladas no item 3.1.4.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

O Gabinete da Superintendência, a pedido do Gestor, implementou uma série de medidas para que houvesse resposta efetiva ao público externo sobre as demandas individuais ou coletivas.

Entre estas medidas, foram implantadas planilhas de controle de emissão de DAP's, Contratos de Concessão de Uso, respostas à expedientes de órgãos de controle, Contratos de Concessão de Crédito, Pagamentos de Crédito Instalação, Regularização de Lotes, Notificações, emissão de Títulos Definitivos, Processos Prioritários de Certificação de Georreferenciamento, e Controle de Ofícios Emitidos.

A implementação destes controles representou uma melhora significativa no acompanhamento e respostas às solicitações de informações sobre as emissões de documentos em atendimento ao público externo, especialmente aos beneficiários da Reforma Agrária.

Já o público formado pelos proprietários de imóveis rurais teve seu controle de atendimento monitorado através da ferramenta informatizada da cartografia, já descrita no item anterior, além do CertificaWeb, cujo acesso é livre a este público.

Através destes controles, hoje, é possível se garantir com considerável grau de certeza a fidedignidade dos números dos documentos em atendimento ao público externo.

5. Gestão de Pessoas

5.1 Distribuição de servidores

Segundo dados da folha de pagamento de novembro de 2013, haviam 188 servidores lotados na Superintendência, além de 03 servidores ocupantes de DAS. A Superintendência neste período tinha 16 servidores cedidos para outros órgãos e 11 servidores afastados por força de decisão judicial, totalizando 27 servidores sem atuação na Superintendência.

Na Sede, temos 17 servidores lotados no Gabinete, 05 servidores na Procuradoria, 22 servidores lotados na Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, 19 servidores lotados na Divisão de Obtenção de Terras, 46 servidores lotados na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e 27 servidores lotados na Divisão Administrativa.

Nas Unidades Avançadas a força de trabalho está distribuída da seguinte maneira: Unidade Avançada de Dourados 27 servidores; Unidade Avançada de Corumbá 10 servidores e na Unidade Avançada de Jardim há 09 servidores em exercício.

5.2 Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

Visando melhorar as condições de trabalho dos servidores e cumprir um TAC do Ministério Público do Trabalho, esta Superintendência Regional mudou-se para um espaço locado, situado à Rua 25 de Dezembro, 925 ã Vila Cidade. Neste mesmo espaço foram alocados o Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA e a Procuradoria Federal Especializada Regional. Todas as salas são climatizadas e há espaços suficientes para alocação de servidores e arquivos.

No ano de 2013, foram implantadas as atividades da Equipe de Qualidade de Vida no Trabalho- Processo 54290.001323/2013-54, com objetivo de promover oportunidades para construir e manter relacionamentos harmoniosos e produtivos com a equipe de trabalho, parceiros internos. Entre as principais ações realizadas pela Equipe estão a realização mensal de uma comemoração dos aniversariantes do mês com café da manhã e confraternização entre os servidores, ginástica laboral semanal com professor voluntário, ações integradas com a Comissão de Coleta Seletiva Solidária, para desenvolver ações relacionadas a um ambiente de trabalho com responsabilidade ambiental.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

Durante o exercício de 2014, forma realizadas capacitações com os servidores que atuam em diversas áreas, com destaque para cursos de Titulação de Assentamentos e Aplicação e prestação de Contas do Crédito Instalação. Ambas as capacitações foram organizadas pelos próprios servidores e contaram com a participação de servidores da Sede e das unidades Avançadas bem como, o suporte e presença de servidores do Incra Sede.

Uma equipe de servidores visitou e realizou uma capacitação sobre Terra Sol e ações de desenvolvimento de Projetos de Assentamento no estado do Rio Grande do Sul. Ao final,, produziram um relatório e apresentaram aos demais colegas da Regional a experiência e atualmente atuam na área de capacitação.

Os servidores que realizam capacitações custeadas pelo órgão disseminam seus conhecimentos aos colegas que trabalham com áreas relacionadas ou, dependendo do assunto em momentos coletivos no auditório desta Regional.

Além disso, devido o ano de 2013, foi marcado pela falta de recursos para capacitação, obrigando a Regional a realizar as capacitações em que os instrutores são os próprios colegas, que já possuem maior experiência no assunto.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	187	187	10	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	187	187	10	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	181	181	8	22
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	6	2	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários	1	1	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	191	191	10	25

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados).

Observação: 8 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Aposentadoria	Proventos/Regime de	Quantidade	
		De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		47	12
1.1	Voluntária	41	12
1.2	Compulsória	1	0
1.3	Invalidez Permanente	5	0
1.4	Outras	0	0
2. Proporcional		35	0
2.1	Voluntária	32	0
2.2	Compulsória	0	0
2.3	Invalidez Permanente	3	0
2.4	Outras	0	0
3. Totais (1+2)		82	12

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

Observação: 8 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	35	4
1.1. Integral	23	2
1.2. Proporcional	12	2
2. Em Atividade	16	0
3. Total (1+2)	51	4

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	13	15	16	17	R\$ 88.486,13
1.1 Área Fim	7	9	8	9	R\$ 47.860,19
1.2 Área Meio	6	6	8	8	R\$ 40.625,93
2. Nível Médio	11	11	11	12	R\$ 46.548,69
2.1 Área Fim	6	6	7	8	R\$ 27.893,79
2.2 Área Meio	5	5	4	4	R\$ 18.654,90
3. Total (1+2)	24	26	27	29	R\$ 135.034,82

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes	12.560.507,75	258.279,34	1.099.036,07	421.342,21	2.191.851,21	717.729,02	2.385,27	53.644,77		17.304.775,64
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento					225,00					225,00
Servidores com Contratos										
Servidores Cedidos com Ônus ou										
Servidores Ocupantes de Cargos		140.125,68	976,56		18.350,18					159.452,42
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e		5.139,72								5.139,72
Servidores Ocupantes de Funções	12.560.507,75	258.279,34	1.099.036,07	421.342,21	2.191.851,21	717.729,02	2.385,27	53.644,77		17.304.775,64

Fonte: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-DAH ã Incra Sede.

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Incra em Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 373058							CNPJ:00.375.972/0059-87						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	5	O	CRT/MS/Nº23000/2010	09.016.469.0001-93	4/11/2013	2/1/2014			16	16			E
2013	5 e 7	O	CRT/MS/Nº31000/2013	09.016.469.0001-93	2/1/2014	1/1/2015			17	17			A
2011	1	O	CRT/MS/Nº20000/2011	67.803.726.0010-24	20/08/2013	19/8/2014			4	4			P

2011	3	O	CRT/MS/Nº23000/2010	08.195.618/08.195.618/0001-66	23/5/2011	22/5/2014			3	3	1	1	P
2013	4 e 12 (limpeza)	O	CRT/MS/Nº 1000/2011	14.846.479/0001-96	3/1/2014	2/1/2015	11	11					A
2009	12 (limpeza)	O	CRT/MS/Nº 19000/2009	26.852.970/0001-09	19/2/2009	2/1/2014	6	6					E
2010	7 e 4	O	CRT/MS/Nº 24000/2010	11.920.420/0001-02	3/11/2010	02/012014	2	2					E
2013	5 (Jardim)	O	CRT/MS/Nº32000/2013	12.624.167/0001-02	6/1/2014	5012015			1	1			A
2013	5 (Corumbá)	O	CRT/MS/Nº33000/2013	11.824.188/0001-09	2/1/2014	01/012015			1	1			A
2011	1 (Corumbá)	O	CRT/MS/Nº18000/2011	10.398.803/0001-08	26/7/2013	25/7/2014			4	4			P
2010	1 (Jardim)	O	CRT/MS/Nº25000/2010	10.599.807/0001-46	22/11/2010	21/11/2014			2	2			P
2009	5 (Dourados)	O	CRT/MS/Nº41000/2009	03.790.751/0001-47	31/12/2009	31/12/2014			1	1			P
2013	7 (Dourados)	O	CRT/MS/Nº14000/2013	14.846.479/0001-47	17/7/2013	16/7/2013			1	1			A
2013	12	O	CRT/MS/Nº30000/2014	12.624.167/0001-02	23/12/2013	22/12/2014			3	3			A
2009	1 (Dourados)	O	CRT/MS/Nº33000/2009	04.731.108/0001-05	31/8/2013	30/8/2014			1	1			P

Observações:

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

LEGENDA:

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo ã Menores Aprendizizes
12. Outras

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S)

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E)

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C)

Fonte: Setor de Serviços Gerais

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	05
Desligamento	03
Concessão de aposentadoria	12
Concessão de pensão	05
Total	25

Fonte: Serviço de Desenvolvimento Humano ã SDH ã SR(16)

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

Analisando a situação da composição de pessoal desta Regional, é possível observar que em dezembro de 2012 os dados demonstravam que 106 servidores estavam na faixa etária até 50 anos e 114 servidores tinham idades acima de 51 anos, ou seja, 51,82% dos servidores da Regional estavam próximos ou em idade de se aposentar. Este quadro não melhorou no último ano, pois 12 servidores solicitaram aposentadoria e 04 servidores ingressaram provenientes do concurso de 2010, que teve o prazo de validade expirado em dezembro de 2013. Ou seja, a força de trabalho vem diminuindo gradativamente e a recomposição da força de trabalho não acompanha o ritmo das baixas no quadro, seja por aposentadoria, óbito ou pedidos de desligamento. Um exemplo ocorre no SDH, onde dos 04 servidores do setor, 02 já podem solicitar a aposentadoria e os outros 02 completarão os requisitos nos próximos 03 anos.

Rotineiramente, esta Regional tem apresentado a demanda por pessoal junto a direção Central da Autarquia pois a força de trabalho está reduzida e a demanda de trabalho cresce diariamente. No entanto, o ingresso de novos servidores, bem como a melhoria salarial (principal motivo de saída dos servidores mais novos) depende de autorização do Ministério do Planejamento.

Buscando ampliar a força de trabalho e atender a enorme demanda da Regional e, conforme acordo firmado com a presidência do Incra, no segundo semestre de 2014 foram removidos 3 servidores de outras Regionais. No entanto, tal ação não supre a demanda nem repõe a força de trabalho face ao grande o número de servidores que devem se aposentar nos próximos anos, havendo a necessidade de contratação imediata de novos servidores por meio de concurso público.

5.4.8 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (187) no nível de agregação.) multiplicado por 100. $168/187 \times 100 =$	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	89,8
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação. $5697/187 = 30,46$	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	30,46

Fonte: SIR Monitoramento, SDH.

Ao analisarmos o presente quadro, observa-se que houve capacitação proporcional a massiva maioria dos servidores, mesmo em se considerando que são contadas as participações de servidores em capacitação, ou seja, quando um servidor participa de mais de uma capacitação ele é contado novamente.

Este índice somente foi alcançado pelo fato da Regional ter buscado parceria com outras instituições e ter realizado as capacitações em Campo Grande, de modo que, o custo diminuiu e conseguiu-se atingir de algum modo uma maior quantidade de pessoas nas capacitações: Exemplo disso foram os cursos de Crédito Instalação e Titulação de Projetos de Assentamento.

Além disso, outro fator que corroborou com estes dados foi a implantação do Programa de Qualidade de Vida, com a realização de palestras, atividades em grupo com psicóloga e ginástica laboral com auxílio de voluntários que, gradativamente fez com que os servidores fossem aderindo e colaborando com o trabalho do Setor de Recursos Humanos.

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

A locação dos servidores em seus postos de trabalho vem sendo realizada mediante a visão do todo da Unidade, ou seja, a gestão de recursos humanos é efetuada dentro de perspectiva maior de gestão e controle da Unidade, buscando tender com mais pró atividade as demandas existentes bem como, respeitando-se o cargo que cada servidor ocupa. Contudo, alguns setores encontram-se com o quadro reduzido e grande demanda de trabalho acumulada. Visando ampliar a força de trabalho, esta Regional fez gestão junto ao INCRA sede para ampliação do quadro de servidores a serem nomeados do concurso 2010 bem como, remoção de servidores de outras Superintendências para esta Regional.

No entanto, as baixas motivadas por aposentadoria ou por servidores que deixaram o Incra para assumir outros concursos, repercute diariamente na diminuição da capacidade operacional desta Regional.

6. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1 Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

No exercício de 2013, o Setor de Convênios contou apenas com dois servidores para realizar a análise administrativa dos processos. Com a chegada de novos engenheiros civis no exercício 2012, o passivo de relatórios e acompanhamento de campo dos convênios foi esgotado. Este fato, sobrecarregou o setor que, mesmo com esforço não conseguiu cumprir todo cronograma de análise de prestação de contas tempestivamente. Mas, ao comparar com análises de exercícios anteriores, percebe-se que houve uma evolução no quadro e diminuição no passivo.

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra									
CNPJ: 03.375.972/0001-60					UG/GESTÃO: 373058				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	SICONV 757670/2011	03.981.081/0001-46 Agraer	3.300.000,00	300.000,00	1.800.000,00	3.000.000,00	18/11/2011	29/1/2014	1
1	SIAFI 652007CRT/MS	37.186.418/0001-45 COAAMS	627.750,00	87.750,00	0	540.000,00	24/3/2009	30/3/2013	1
1	SICONV 704058/2009	15.403.041/0001-04 Itaquiraí	4.120.000,00	120.000,00	0	1.349.594,20	1/8/2009	28/2/2014	1
1	SICONV 724597/2009	37.212.719/0001-04 Nova Alvorada do Sul	514.024,80	54.192,67	0	459.832,13	31/12/2009	31/12/2013	1
1	SICONV 737886/2010	01.561.372/0001-50 Santa Rita do Rio Pardo	258.711,22	8.711,22	77.605,43	146.511,70	25/6/2010	22/4/2014	1
1	SICONV 724496/2009	15.410.665/0001-40 Selvíria	167.073,13	26.556,93	0	140.516,20	31/12/2009	9/6/2013	1
1	SICONV 707597/2009	03.501.574/0001-31 Sidrolândia	480.242,04	28.952,04	0	262.116,00	1/12/2009	13/7/2013	1
1	SIAFI 517891 CRT/MS/Nº 34.000/2004	03.083.526/0001-70 Santa Guilhermina	3.083.749,36	300.501,69	0	2.489.474,87	30/12/2004	31/12/2013	1
1	SIAFI 513415 CRT/MS/Nº 19.000/2004	02.739.054/0001-07 Palmeira	2.328.137,35	316.794,85	0	1.886.477,88	15/10/2004	31/12/2013	1

1	SIAFI 513513CRT/MS/Nº 18.000/2004	04.159.170/0001-74 Aldeia	2.902.059,40	427.408,40	0	2.245.911,00	15/10/2004	31/12/2013	1
1	SIAFI 517919CRT/MS/Nº 36.000/2004	03.130.378/0001-06 Taquara	1.285.633,47	142.260,75	0	1.138.667,67	31/12/2004	31/12/2013	1
1	SIAFI 517803 CRT/MS/Nº 35.000/2004	03.945.814/0001-97 São Judas	2.539.268,04	301.609,03	0	2.124.483,94	30/12/2004	30/6/2013	1
1	SIAFI 527106 CRT/MS/Nº 10.000/2005	01.915.288/0001-97 Tamarineiro I e II	3.145.531,13	585.552,44	0	2.559.978,61	30/12/2004	31/12/2013	1
1	SIAFI 527113CRT/MS/Nº 9.000/2005	02.019.131/0001-46 Taquaral	4.111.282,92	417.435,12	0	2.386.444,83	30/12/2004	31/12/2013	1
1	SICONV 737875/2010	03.452.299/0001-03 Aquidauana	1.263.416,29	37.902,49	0	629.309,12	1/7/2010	26/6/2013	1
3	CRT/MS/Nº 1.000/2011	15.412.257/0001-28 Estado de M.S.	0	0	0	0	8/11/2011	8/11/2013	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Setor de Convênios ã Incra ã SR(16).

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra			
CNPJ: 03.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373058	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	4	R\$ 1.571.941,32
	A comprovar	1	R\$ 2.124.483,94
	Total	5	R\$ 3.696.425,26
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	3	R\$ 8.559.394,48
	A comprovar	-	-
	Total	3	R\$ 8.559.394,48

Fonte: Setor de Convênios ã Incra ã SR(16).

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

Esta Unidade não procedeu ao registro patrimonial no exercício de 2013 e após solicitada orientação neste sentido, a Divisão de Análise e Orientação Contábil a nota a seguir:

Foi elaborado pelo INCRA/Sede um cronograma de registro de imóveis desapropriados por Compra e Venda, Doação, Adjudicação, Arrecadação, Cessão Gratuita, Confisco, Discriminação, Obtenção/SPU, Escritura Publica de Doação, Incorporação, Reconhecimento, reversão de Domínio, Transferência, Vazio e outros.

A Diretoria de Gestão Administrativa orientará às Superintendências Regionais quanto aos procedimentos a serem implementados, obedecendo aos prazos estipulados pelo cronograma.

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

Em relação à gestão dos créditos, nota-se que a área contábil e financeira somente efetua a liberação dos pagamentos solicitados pela Divisão de Desenvolvimento, sabendo-se que naquela Divisão os processos são instruídos e analisados quanto à efetiva execução dos serviços prestados. Tão logo se faz o pagamento, os processos são devolvidos àquela Divisão.

Especificamente no que tange a gestão dos créditos a receber, e por orientação do Incra Sede, informa-se que esta SR16 aguarda a oficialização dos procedimentos a serem adotados quanto a cobrança dos mesmos, pois a sede esta elaborando um sistema de cobrança dos créditos e no exercício 2013, esta Regional teve o PA Bebedouro como piloto nacional para alimentação do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação em fase de testes.

Em 26 de dezembro de 2013, foi editada pela Presidência da República, a Medida Provisória nº 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, possibilitando, em alguns casos, a remissão das respectivas dívidas e/ou renegociação dos valores.

A referida Medida Provisória atinge quase todos os créditos concedidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a seus assentados, e na maioria das modalidades, alterando profundamente a forma como se procederão as cobranças.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

No que tange as responsabilidades da área contábil e financeira desta Regional, temos as seguintes atividades desenvolvidas: análise processual e efetiva emissão de notas de empenho; o controle orçamentário das diferentes ações desenvolvidas por esta SR; os cálculos para emissão de Títulos definitivos dos lotes de Assentamentos Rurais; o monitoramento e acompanhamento dos

recursos disponibilizados ao cartão de Suprimento de Fundos; além dos trabalhos realizados pelo setor de Convênios, com análises e relatórios consubstanciados. Por fim, realizam-se os trabalhos de pagamento a fornecedores e lançamentos contábeis.

Com objetivo de atender ao princípio de segregação de funções cada uma das atividades acima descritas são desenvolvidas por servidores distintos, sendo que no exercício 2013 o setor esteve composto por quatro servidores no setor de orçamento e finanças e dois no Setor de convênios.

Ademais, é importante salientar que esta Regional instituiu o Setor de Controle Interno onde estão alocadas três servidores, dentre os quais duas contadoras que revisam a instrução processual e os cálculos para que sejam autorizados pelo Ordenador de Despesas a realização de pagamentos e empenhos.

Salienta-se que todos os trabalhos acima listados são efetuados pela sede desta SR, demandando da mesma o apoio aos trabalhos executados nas três Unidades Avançadas (Corumbá, Dourados e Jardim), seja na instrução, auxílio ou execução para o bom andamento das atividades lá desempenhadas.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ ã SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		

16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

Análise Crítica:

O sistema de controle interno na Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, como já é padrão no Poder Executivo Federal, é composto por diversos sistemas informatizados que exigem o lançamento das ações realizadas, em alguns casos, de forma concomitante, sob pena de impossibilidade de concretude do ato, tais como SIAPE, SIAFI, SICONV, SCDP, CGU-PAD, COMPRASNET, etc.

Além desses sistemas, e outros elaborados pelo Incra Sede e ferramentas de desenvolvimento local, existem inúmeros procedimentos padronizados que exigem o registro documental cronológico das ações praticadas demandando justificativas/esclarecimentos sobre a execução de determinado ato. Esses sistemas e os procedimentos padronizados contribuem para a observância da segregação de função na atuação da administração pública.

Somado a esses instrumentos, desde o final do exercício de 2011, foi instituído uma assessoria de Controle Interno nesta Superintendência com o objetivo de qualificar a instrução processual com o objetivo de incrementar a segurança jurídica dos processos. Além disso, foram intensificados o controle no registro da tramitação dos documentos e processos nos sistemas Sisdoc e Sisprot, respectivamente. Essa atuação permitiu agilidade na localização e acompanhamento dos prazos de resposta e atendimento ao público, ganhando uma ótima aderência aos procedimentos operacionais, como já especificado no item 4.1 e 4.2 deste relatório.

A metodologia implantada no Setor de Controle Interno que consiste na análise da instrução processual dos processos que demandam decisão do Superintendente Regional. Em 2013 iniciou-se um processo de descentralização, transferindo o controle dos processos de crédito ao setor específico na Divisão de Desenvolvimento.

Os demais instrumentos de controle, rotineiramente utilizados, já integrados nos procedimentos executados pelos servidores muitas vezes não são percebidos como ações de controle mas sim como meio para a realização de uma determinada tarefa. A exemplo disso, podemos citar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens-SCDP que frequentemente era visto apenas como instrumento para agilizar o pagamento de diária e aquisição de passagens e não como instrumento impeditivo de liberação de diária para servidor em férias ou com duplicidade de deslocamento.

Outra importante ferramenta de controle da Gestão é o SIR-Monitoramento, onde são lançados os dados de indicadores da execução por ação mensalmente. Este sistema foi implantado pela Diretoria de gestão Estratégica, centralizado no Incra Sede. O controle de monitoramento, neste sistema, ainda não atinge todo seu objetivo com eficácia por não ser alimentado de forma automática em

conexão com os outros sistemas, demandando alimentação manual, o que resulta em inconsistências de conceitos ou até mesmo de digitação, mas é uma importante iniciativa no sentido de caminhar rumo a uma base ampla e detalhada para o acompanhamento e fonte de informações gerenciais.

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

O Incra Sede, após o processo de planejamento, conforme já descrito no item 2 deste relatório, publicou a Agenda de Gestão 2013/2014, que foi o resultado das orientações do Incra Sede no sentido de se atingirem os objetivos estratégicos.

Tendo isso em vista, os Gestores buscaram estabelecer planilhas de controles de demanda e ações de andamento para concretização dos processos tendo como fundo o acompanhamento das diretrizes desenhadas na Agenda de Gestão.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

O principal sistema de monitoramento dos indicadores de desempenho das ações tanto da área meio como áreas finalísticas é o Sistema de Informações Rurais - SIR, módulo Monitoramento, cuja base é mantida pelo Incra Sede e alimentado pelas Regionais através da assessoria de Planejamento e Controle, que reúne mensalmente os dados das equipes específicas. Esses dados são repassados com ciência dos chefes de Divisão e posteriormente do Superintendente.

Periodicamente os dados do SIR Monitoramento passam por auditoria de uma equipe do Incra Sede, quando são solicitados e verificados os processos e documentos que originaram as informações lançadas no sistema.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

A Superintendência do Incra no estado de Mato Grosso do Sul, tomou medidas para saneamento de processos que porventura possam apresentar falhas na composição com a introdução de uma ferramenta informatizada de controle construída com base nos requisitos da legislação.

Também foi criado um setor específico de crédito com servidor designado como assegurador da ação.

O controle na operacionalização é parte fundamental na gestão dos créditos a receber, já o registros nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.2.3.1.00.00, conforme já informado no item 6.3, depende de sistemas, orientações e normatização expressa do Incra Sede.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Abaixo relacionamos os processos sob análise da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial da SR16 e a situação do andamento da análise respectiva aos mesmos.

I - Processos sob análise:

Processo	Referência
54290.002430/2005-90	Convênio CRT nº 23/2005 (Incra x Fundação Cândido Rondon)
54290.002097/2005-19	Convênio CRT nº 20/2005 (Incra x Fundação Cândido Rondon)
54290.000088/2005-93	Convênio Convenio CRT nº 8000/2005 (Incra x Fundação Cândido Rondon)
54290.002916/2008-71	Convênio SIAFI nº 657504 (Incra x Pref. Munic. de Sidrolândia)
54290.001692/2008-80	Convênio CRT nº 25000/2008 (Incra x FAF - Federação Agric. Fam. de MS)
54290.002155/2009-38	Convênio SICONV nº 708949/2009 (Incra x Pref. Munic. de Corguinho)

II - Situação dos processos:

Processo	Situação da análise
54290.002430/2005-90	Comissão instaurada ã análise e providências em andamento, já em vias de conclusão.
54290.002097/2005-19	Comissão instaurada ã análise e providências em andamento, já em vias de conclusão.
54290.000088/2005-93	Comissão instaurada ã análise e providências em andamento, já em vias de conclusão.
54290.002916/2008-71	Comissão ainda não instaurada ã Análise não iniciada
54290.001692/2008-80	Comissão ainda não instaurada ã Análise não iniciada
54290.002155/2009-38	Comissão ainda não instaurada ã Análise não iniciada

Fonte: Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial.

8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

Em 2013 o TCU emitiu 6(seis) Acórdãos direcionados à esta Superintendência, são eles:

a - Processo nº TC 021.588/2008-4 ACÓRDÃO Nº 2054/2013 ã TCU ã 2ª Câmara, que não contém determinações, apenas dá ciência dos fatos e decisões:

b - Processo nº TC 014.202/2012-3 ACÓRDÃO Nº 3335/2013 ã TCU ã Plenário, contendo a seguinte recomendação:

ô9.1. *recomendar que a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul (Incra/MS) atente para as impropriedades detectadas quando da realização de auditoria nas ações de infraestrutura e de Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, que podem ser assim apresentadas:*

9.1.1. *ausência, nos procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados, de relatórios e pareceres com toda a documentação essencial necessária a lhes conferir robustez técnica e fidedignidade, além da inobservância dos aspectos constantes do art. 68 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, a exemplo do ocorrido em relação aos Convênios CRT/MS/44.000 e 46.000/2008;*

9.1.2. *ausência, nos editais das Tomadas de Preço nos 2 e 3/2012, de critérios de aceitabilidade de preços unitários e global, com inobservância das disposições constantes dos arts. 40, inciso X, e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;ô*

Neste sentido a Diretoria de Desenvolvimento encaminhou o Memorando Circular nº644/DD/2013 recomendando o atendimento do que foi apontado pelo TCU.

É digno de nota que o mesmo Acórdão aponta:

ô9.2.1. *ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para conhecimento das ocorrências relatadas no item 9.1 deste Acórdão, bem assim das boas práticas observadas na atuação da Superintendência Regional no Estado do Mato Grosso do Sul e que foram descritas no Relatório de Auditoria(grifo nosso)ô, o qual remete ao Relatório que discorre:*

ô*Registre-se, aliás, como principais aspectos positivos, os indicativos da unidade técnica no sentido de que o Incra/MS promoveu: a) critérios mais rigorosos no monitoramento e fiscalização da execução dos contratos firmados na área de assistência técnica e extensão rural; b) aprimoramento nas ações de infraestrutura, em especial, no que concerne às necessárias ações de implantação e adequação de redes de distribuição de água nos projetos de assentamento rural; e c) adequação imediata do Edital de Chamada Pública 1/2013 e dos termos aditivos dos contratos ainda vigentes, tendo em vista questionamentos da equipe do TCU ainda durante a execução da auditoria.ô*

c - Processo nº TC 017.851/2009-2 ACÓRDÃO Nº 4873/2013 ã TCU ã Plenário, contendo 2 (duas)determinações:

69.2. *determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Mato Grosso do Sul que:*

9.2.1. adote providências para tratamento das questões consideradas como ressalvas à regularidade plena da gestão;

*9.2.2. constitua e contabilize, dentre as rubricas de valores recebíveis, provisão para crédito de instalação de liquidação duvidosa, em atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004, atualizada pelas Portarias STN 467/2009, 406/2011 e 437/2012;***6**

Com relação ao item 9.2.1, o tratamento das questões está em tratamento.

No caso do item 9.2.2, ainda aguardamos orientações do Incra Sede, conforme descrito no item 6.3 deste Relatório;

d - Processo nº TC-023.292/2012-1 ACÓRDÃO Nº 6282/2013 ã TCU ã 2ª Câmara, contendo uma determinação:

61.7. *Determinar:*

*1.7.1. ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ã Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul ã Incra/MS que informe ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da notificação, o resultado da análise das prestações de contas dos Convênios Siafi nºs 657504, 705177, 707424 e 707587, 708601 e 737541, e, caso necessário, instaure as devidas tomadas de contas especiais, observando o valor mínimo definido no art. 6º, inciso I, da IN TCU nº 71/2012***6**

A determinação já foi atendida através do Ofício 2148/2013/GAB-PC de 24 de dezembro de 2013.

e - Processo nº TC-029.367/2011-5 ACÓRDÃO Nº 7474/2013 ã TCU ã 2ª Câmara, que decidiu **6***considerar cumprida a determinação expedida ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional no Estado do Mato Grosso do Sul - Incra/MS por meio do item 9.12 do Acórdão 1.585/2011-TCU-2ª Câmara, quando da apreciação do TC 021.359/2007-3***6**;

f - Processo nº TC 025.594/2011-7 ACÓRDÃO Nº 7858/2013-TCU-1ª Câmara.

69.2. *determinar à Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Estado do Mato Grosso do Sul (SR(16)MS) que:*

9.2.1. em atendimento ao disposto na Portaria STN 564/2004, atualizada pelas Portarias STN 467/2009, 664/2010, 406/2011 e 437/2012, e à Resolução CFC 1.137/2008, constitua e contabilize a provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos valores de créditos recebíveis a título de crédito de instalação;

*9.2.2. informe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos convênios Siafi 605237, 542731, 523092, 577044 e 629151 e que, diante da ocorrência de atos irregulares de que resultem prejuízo ao erário, adote as providências necessárias com vistas à instauração da tomada de contas especial, nos termos da Instrução Normativa TCU 71/2012;***6**

A determinação 9.2.1, conforme já informado no item 6.3 deste Relatório, carece de orientação e estruturação de sistema para início dos trabalhos.

Já a determinação 9.2.2 está ainda dentro do prazo para atendimento.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 015 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óEm relação aos servidores de matrícula SIAPE nº 1554835, n.º 1373176 e n.º 1698563 alterar a rubrica de antecipação de férias para férias indenizadas.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Como os servidores já se encontram fora da folha de pagamento, por exoneração, não é possível a mudança de rubrica de Férias antecipadas para férias indenizadas, o sistema SIAPE não permite, emitindo a mensagem: *óSERVIDOR EXCLUÍDO OU COM OCORRÊNCIA QUE SUSPENDE DE PAGAMENTOô*.

Resultados: Encerrado.

Análise Crítica:

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 015 - RECOMENDAÇÃO 002

Descrição: *óEm relação aos servidores de matrícula SIAPE nº 2504065, nº 1551605, nº 1624849 e nº 1634515 providenciar a devolução de valores e alterar a rubrica de antecipação de férias para férias indenizadas.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Justificativa: A recomendação não foi implementada no exercício em referência por haver discrepâncias de entendimento entre o setor responsável e a auditoria. Após nova comunicação o setor abriu os processos para atendimento das recomendações.

Resultados: Ainda não concluído.

Análise Crítica: As dificuldades nas análises demonstraram a necessidade de maior capacitação da equipe responsável pelos procedimentos, o que já está sendo providenciado pelo Incra Sede, com programação para o início de 2014.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 015 - RECOMENDAÇÃO 003

Descrição: *óEm relação ao servidor de matrícula SIAPE nº 1039647 providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente antes da exclusão da rubrica, e efetuar o ressarcimento dos mesmos na forma do art. 46 da Lei n.º 8.112/90 e Orientação Normativa/SEGEP/MP n.º 5, publicada no DOU de 22.02.2013.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Justificativa: Ainda estão em trâmite os procedimentos para o ressarcimento.

Resultados: Ainda não concluído.

Análise Crítica: As dificuldades nas análises demonstraram a necessidade de maior capacitação da equipe responsável pelos procedimentos, o que já está sendo providenciado pelo Incra Sede, com programação para o início de 2014.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 016 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óImplementar procedimentos de controle para o adequado acompanhamento das prestações de contas do uso de Suprimento de Fundos por meio do CPGF.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: O Setor de Contabilidade intensificou o controle através do cruzamento das informações a partir das Notas Fiscais, consulta no ComprasNET e Banco do Brasil, por parte do setor de contabilidade, para verificação dos gastos eventuais com o CPGF. Além deste controle, a prestação de contas ainda passa por outra etapa de controle no Gabinete, onde é feita uma verificação pautada por check-list para aprovação final.

Resultados: Os procedimentos implementados foram efetivos no controle dos gastos.

Análise Crítica: Além dos controles, indispensáveis para se evitar ocorrências do tipo apontado, a Unidade promoveu a orientação dos usuários dos CPGF, assim como de seus superiores. Percebe-se melhora substancial no entendimentos dos critérios de utilização.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 016 - RECOMENDAÇÃO 002

Descrição: *óOrientar formalmente os servidores responsáveis pelo uso do CPGF para que não efetuem despesas acima do limite de R\$ 800,00 para pequenas compras, conforme o art.45 do Decreto nº 93.782/86 e nem realizem pagamentos por meio do CPGF em despesas que possam subordinar-se ao devido processo licitatório, como manutenção de veículos.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Foi realizada a divulgação do Manual de Suprimento de Fundos e orientação pelo Setor de Contabilidade quanto à correta aplicação de recursos oriundos do Suprimento de Fundos através do cartão de Pagamentos do Governo Federal. O Setor de Contabilidade manterá o monitoramento, cruzamento das informações quanto às compras de material adquirida em deslocamentos. No entanto, há que se considerar que a forma de atuação do Incra demanda muitas atividades nos municípios do estado inviabilizando a contratação de serviços

de manutenção de viaturas com cobertura em todos os municípios. Dessa forma, a impossibilidade de realizar pequenos reparos ã manutenção de viatura por meio do CPGF pode causar prejuízos com a necessidade de uso de veículo guincho, cujos custos acabam sendo maiores que o valor do reparo que poderia ser pago com o cartão.

Resultados: A orientação foi bem assimilada pelos usuários do CPGF, resultando na utilização adequada.

Análise Crítica: Houve uma dificuldade de entendimento, no início da implementação da Recomendação, em decorrência dos deslocamentos característicos dos trabalhos de campo do Incra, mas a CGU esclareceu os detalhes, contribuindo para consolidação das orientações.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 018 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óAprimorar os procedimentos de controle para que seja observado o prazo previsto no art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007 por ocasião dos próximos atos de concessão de aposentadoria, pensão e demais atos que vierem a ocorrer na Unidade.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: A Unidade revisou os procedimentos dos atos de concessão de aposentadoria, pensão e demais atos, de modo a controlar os prazos determinados no art. 7º da IN/TCU n.º 55/2007.

Resultados: Apesar dos esforços envidados pela Unidade, estão previstos treinamentos da equipe responsável pelos Recursos Humanos da Unidade para o início de 2014.

Análise Crítica: A Unidade está buscando reforçar e capacitar a equipe, uma vez que esta tem enfrentado dificuldades de cumprir com os prazos.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 020 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óCapacitar o setor de licitações e contratos a respeito dos procedimentos e critérios a serem adotados na realização de compras sustentáveis.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Os servidores que trabalham na elaboração de editais de licitação e contratos foram orientados a estudar e observar os normativos referentes a compras sustentáveis. Assim esta Superintendência passou a incluir em suas licitações, os critérios de sustentabilidade definidos no art. 3o da Lei no 8.666,/93, Decreto nº 7.746/2012 e pela Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. A Unidade encaminhou à CGU cópia do termo de referência para contratação de serviços continuados terceirizados na área das atividades auxiliares- limpeza, asseio, conservação e copeira onde constam disposições para aquisição de serviços de forma sustentável. Também foi apresentada cópia do

termo de referência para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos oficiais com previsão ambiental.

Resultados: A CGU analisou e aprovou os procedimentos, reconhecendo que a Recomendação foi efetivamente implementada.

Análise Crítica: Um fator que contribuiu decisivamente para a melhora dos procedimentos foi a recomposição da equipe com a entrada de servidores novos e a disposição de todos os envolvidos em implementar as adequações recomendadas.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óPromover ação no sentido de alocar temporariamente um maior quantitativo de servidores na área para que sejam analisados os processos pendentes, revistos os processos cuja análise recomenda providências, efetivando-as, para, com isso, diminuir os estoques de pendências, e possibilitar à equipe normal do setor, a partir de então, melhores condições de respostas às novas demandas apresentadas.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Em conjunto com o Grupo de Supervisão do INCRA Sede foi elaborado o Plano de Ação 2013 visando dirimir o estoque de convênios vencidos e foram capacitados três servidores desta Regional em análise de prestação de contas. O Plano é a base para a supervisão e acompanhamento por parte do Incra Sede, e tem sido eficiente no sentido de pautar os trabalhos estabelecendo prioridades e obtendo o apoio quando necessário.

Resultados: As ações descritas resultaram em considerável melhora no andamento, uma vez que há considerável apoio e supervisão do Incra Sede. A CGU analisou a providência e considerou a Recomendação atendida.

Análise Crítica: As ações em decorrência do passivo existente são de difícil encaminhamento, uma vez que leva em consideração uma diversidade de atores envolvidos nos processos. A uniformização dada pelo Plano de Ação é fundamental no sentido de orientar as atividades.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 002

Descrição: *óAdotar medidas necessárias à eficiência e eficácia das análises das prestações de contas, de modo a evitar morosidade na identificação de situações e providências que exijam instauração de Tomada de Contas Especial.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: A ação conjunta de supervisão por parte do Incra Sede, conforme Plano citado no item anterior, também contemplará esta recomendação, ou seja,

cumprindo as análises tempestivamente, será possível evitar a morosidade na deflagração de providências e, quando o caso exigir, a instauração de Tomada de Contas Especial.

Resultados: Apesar da complexidade e situações heterogêneas encontradas, as atividades estão sendo sistematicamente conduzidas e supervisionadas no sentido de dirimir o estoque de convênios vencidos.

Análise Crítica: A supervisão do andamento dos trabalhos de análise tem possibilitado a resolução dos entraves, contando inclusive com apoio de servidores do Incra Sede, quando necessário.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 003

Descrição: *óImplementar rotina para análise das Prestações de Contas apresentadas pelos convenientes em até 90 dias do seu recebimento, conforme determina o art.60 da Portaria Interministerial 127/2008.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Foi expedida a Ordem de Serviço INCRA/SR-16 nº 27, de 18/02/2014, que nomeou um Servidor como monitor dos prazos de convênios no âmbito desta Superintendência.

Resultados: A exemplo dos importantes resultados já alcançados pelo Plano de Ação na análise de convênios vencidos, está se estruturando uma supervisão externa à equipe do setor de convênios.

Análise Crítica: Apesar de ainda se encontrar em fase de modelagem, esta "ferramenta" de controle já tem dado mostras que será eficiente.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 004

Descrição: *óNo âmbito de todos os programas/ação de governo geridos pelo INCRA/MS, instituir rotinas para juntar aos processos de convênio, relatórios elaborados e firmados pelo pelos agentes das fiscalizações "in loco" realizadas , bem como anexar aos relatórios os documentos que evidenciam as afirmações neles contidas. Os relatórios deverão explicitar de forma pormenorizada a abrangência e o grau de profundidade dos exames realizados, bem como os resultados deles decorrentes; de modo a evidenciar a efetiva realização dos trabalhos de fiscalização e subsidiar as análises das prestações de contas dos recursos utilizados, bem como demais atividades atinentes a verificação da regularidade da execução dos convênios geridos pelo INCRA/MS.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Para comunicar aos envolvidos sobre esta recomendação, foi encaminhado Memorando Circular de forma a cientificar e determinar o seu

cumprimento. Além disso, o setor de Convênios foi orientado a exigir a presença dos relatórios pormenorizados quando da chegada destes processos ao setor, como procedimento de rotina, devolvendo à origem quando da sua eventual falta em casos de análise de prestação de contas.

Resultados: O assunto já era de conhecimento e frequente nas discussões sobre acompanhamento de convênios. A formalização através de memo resultou numa conscientização e uniformização da orientação.

Análise Crítica: As constatações da auditoria se deve, muitas vezes, a achados referentes à processos antigos, que não refletem fielmente os esforços mais recentes no sentido de se adequarem as rotinas de formalização dos processos. Além disso, a Unidade tem buscado a capacitação das equipes, uma vez que somente assim se poderão padronizar as rotinas.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 005

Descrição: *óNo âmbito de todos os Programas/Ações, adotar e aplicar regularmente rotina de acompanhamento dos recursos concedidos e em situação "a comprovar", que permita, com base em relatórios de fiscalizações, cronograma de execução e outros instrumentos congêneres, identificar a regularidade da aplicação dos recursos transferidos, e ,quando for o caso, adotar procedimentos para sanear eventuais impropriedades identificadas, ou, se identificada irregularidade, adotar as medidas administrativas cabíveis para ressarcimento dos recursos transferidos e, quando o concedente não ressarcir voluntariamente os recursos transferidos irregularmente aplicados instaurar imediatamente Tomada de Contas Especial.ô*

Sector Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Foi expedida a Ordem de Serviço INCRA/SR-16 nº 27, de 18/02/2014, que nomeou um Servidor como monitor dos prazos de convênios no âmbito desta Superintendência.

Resultados: A exemplo dos importantes resultados já alcançados pelo Plano de Ação na análise de convênios vencidos, está se estruturando uma supervisão externa à equipe do setor de convênios.

Análise Crítica: Apesar de ainda se encontrar em fase de modelagem, esta "ferramenta" de controle já tem dado mostras que será eficiente.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 029 - RECOMENDAÇÃO 006

Descrição: *óAdotar e aplicar regularmente rotina de acompanhamento da vigência das transferências concedidas pelo INCRA/MS, no âmbito de todos os programas, que permita identificar eventuais atrasos na apresentação da prestação de contas final e, nestes casos, cobrar tempestivamente até 30 dias após final da vigência a apresentação da Prestação de Contas ou devolução dos recursos transferidos e, persistindo por mais 30 dias a inadimplência, instaurar imediatamente TCE, conforme determina a Portaria Interministerial 127/2008, em seu artigo 56.ô*

Setor Responsável: Divisão Administrativa

Síntese das Providências adotadas: Foi expedida a Ordem de Serviço INCRA/SR-16 nº 27, de 18/02/2014, que nomeou um Servidor como monitor dos prazos de convênios no âmbito desta Superintendência.

Resultados: A exemplo dos importantes resultados já alcançados pelo Plano de Ação na análise de convênios vencidos, está se estruturando uma supervisão externa à equipe do setor de convênios.

Análise Crítica: Apesar de ainda se encontrar em fase de modelagem, esta "ferramenta" de controle já tem dado mostras que será eficiente.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201305845 - CONSTATAÇÃO 043 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óEfetuar o cálculo mensal dos indicadores, tornando as informações disponíveis para subsídio às tomadas de decisões gerenciais.ô*

Setor Responsável: Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul - SR-16/MS

Síntese das Providências adotadas: Esta questão foi apresentada o Incra Sede (por meio eletrônico), que mantém o banco de dados do SIR (Sistema de Informações Rurais) ã Módulo Monitoramento, onde mensalmente são lançados indicadores de todas as ações finalísticas e meio, assim como outros sistemas do Incra. Com isso, esclarecemos que a solução definitiva desta questão é de domínio do Incra Sede, e já está sendo trabalhada inclusive com revisão dos indicadores junto ao TCU.

Resultados: Ainda não houve resposta do Incra Sede.

Análise Crítica: A manutenção e monitoramento de indicadores depende da implementação de sistemas automatizados, eficientes, isentos e transparentes. É fundamental que estas ferramentas sejam disponibilizadas pelo Incra Sede ou até mesmo pelo Ministério do Planejamento, a exemplo do Siafi, Siconv, SCDP, etc.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201203472 - CONSTATAÇÃO 023 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óReitera-se a recomendação constante do item 49 do RA 201109242 : "A Unidade deve organizar o setor de cadastramento de candidatos a lotes da Reforma Agrária para que as inscrições sejam feitas de forma contínua e independente das obtenções de terras, dando condições ao setor de cumprir as suas metas, além de tornar o processo de destinação de lotes da reforma agrária impessoal. "ô*

Setor Responsável: Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Síntese das Providências adotadas: Esclarecemos que em 2013 o procedimento para seleção de candidatos transcorreu de forma impessoal, utilizando-se o cadastro pré existente, independente da obtenção de terras. Como exemplo temos a seleção de candidatos para o P.A. Nazareth, onde, através do procedimento administrativo nº 54290.003250/2013-35, houve a preocupação de se atender à demanda judicial, similar à Recomendação dessa Controladoria, estando os referidos autos à disposição para sua apreciação e comprovação das providências. Esclarecemos que os lotes ainda não foram demarcados, e portanto a lista de beneficiários ainda não é definitiva, uma vez que os lotes não foram distribuídos.

Resultados: O resultado atingido foi a adequação do procedimento aos princípios legais pré-existentes, conduzido de forma amplamente discutida e democrática com presença constante do MPF, Justiça Federal e representações do público alvo do PNRA.

Análise Crítica: O trabalho de seleção para o caso do P.A. Nazareth consolidou os procedimentos pretendidos. Houve considerável dificuldade em se chegar a um consenso, mas de modo geral entendemos que já se pode dizer que o procedimento é consistente.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201203472 - CONSTATAÇÃO 032 - RECOMENDAÇÃO 001

Descrição: *óQue a INCRA/MS providencie, no menor prazo possível, a institucionalização de metodologia de avaliação de riscos e de identificação clara de seus processos críticos, com fins de realização de diagnóstico dos riscos nas áreas de licitação e recursos humanos; diagnóstico este que permita detectar a probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los*

Setor Responsável: Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul - SR-16/MS

Síntese das Providências adotadas: Foi iniciado um trabalho nesse sentido com a realização de reuniões com as equipes dos setores envolvidos, de forma a discutir os processos críticos e propor medidas mitigatórias. A metodologia em implantação foi utilizada inicialmente no Serviço de Desenvolvimento Humano ã SDH (RH). Na área de licitações, esta Unidade continua capacitando os servidores no sentido de qualificá-los para identificar questões críticas, de alto risco.

Resultados: O objetivo definido na Recomendação é bem amplo, não bastando uma ação isolada. Esta Unidade vem buscando agir em várias frentes buscando mitigar a ocorrência de riscos.

Análise Crítica: A aderência dos controles internos é algo que implica em mudança de cultura organizacional. Esta unidade tem enfrentado este desafio incrementando o rigor nos trâmites rotineiros de documentos e processos, assim como na criação e implantação de sistemas informatizados por iniciativa da regional e capacitações.

RECOMENDAÇÃO

Nº OS.: 201203472 - CONSTATAÇÃO 032 - RECOMENDAÇÃO 002

Descrição: *ôPromover a institucionalização do controle interno na Unidade, garantindo ou incentivando a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta, com divulgação e conscientização de todos os servidores da Unidade.ô*

Setor Responsável: Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul - SR-16/MS

Síntese das Providências adotadas: Esta Superintendência iniciou um conjunto de atividades que visam a institucionalização do controle interno. A princípio estão em curso estudos para implantação de um sistema de Workflow (fluxo de trabalho), de modo a controlar melhor o andamento de procedimentos e processos prioritários. Esta iniciativa prevê uma sistematização dos trabalhos e controle ópasso a passoô, além de melhorar a capacidade de gestão e supervisão através de relatórios em tempo real. A primeira fase dos trabalhos, em meados de 2013, foi escolha do programa a ser utilizado, sendo escolhido o ProcessMaker, que é uma ferramenta de código aberto (open source). Em seguida, passou-se a montagem de fluxogramas pilotos, sendo um na área finalística (desapropriação de terras) e outro na área meio (trâmite de documentos), para aprendizado na configuração do sistema e experimentação na operação. Já foram realizadas duas reuniões, uma para discussão da construção do fluxograma de desapropriação de terras (processo piloto) com participação dos servidores e outra para apresentação e discussão do fluxo de trâmite de documentos (implementação já está em curso), cujas atas seguem em anexo. A participação dos servidores foi bastante proveitosa no sentido de que os mesmos demonstraram entender e apreciar a perspectiva de otimizar os trabalhos e promover o acesso gerencial as informações dos trabalhos em andamento.

A implementação desta ferramenta está se fazendo através de pesquisas por iniciativa de servidores da própria Superintendência, e portanto demanda um certo tempo para domínio de todos os recursos disponíveis na plataforma, por isso a necessidade de início com um projeto piloto, para depois se multiplicar a capacitação de outros servidores no desenho de fluxos de trabalho, todos suportados numa mesma plataforma.

A ideia de se implantar uma ferramenta informatizada, consagrada na iniciativa privada em vários lugares do mundo, é uma metodologia mais concreta em relação à elaboração de procedimentos ou instruções operacionais de forma textual, no sentido de que operacionaliza um mecanismo parametrizado de condução, controle, gestão e aferição de indicadores com dados em tempo real.

Resultados: Os primeiros testes apresentaram excelentes resultados, diminuindo drasticamente o tempo de trâmites de documentos, assim como a sua reastreabilidade e controle.

Análise Crítica: As possibilidades que estão sendo vislumbradas com a metodologia empregada apontam para o atendimento de inúmeros focos de procedimentos passíveis de serem incluídos na ferramenta. Já contactamos o Incra Sede que se interessou em conhecer a ferramenta e compartilhar experiências no sentido de buscar a implantação de uma ferramenta em nível nacional. A principal dificuldade enfrentada é a falta de servidores contratados como Analistas e Desenvolvedores de sistemas.

9. Ouvidoria

9.1 Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.

São várias as situações demandadas para a Ouvidoria da Superintendência. Um grande fluxo envolve as situações da rotina das famílias já assentadas e também de pessoas que estão na espera como candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, algumas respostas são de soluções imediatas, como: orientações aos assentados para acesso aos documentos e atos da administração dos assentamentos: Certidões, CCU, DAP, PRONAF, CADÚNICO. Outras exigem soluções mais complexas, principalmente quando envolvem questões afetas ao regramento dos procedimentos, a exemplo das ocupações das parcelas por diversas situações: óbitos, abandonos e invasões, violências domésticas, separações conjugais, com maior incidência relacionadas com a aplicação dos créditos instalação.

Também com relação ao público candidato ao PNRA, os registros são pela necessidade de informações sobre os critérios de cadastros e seleção das famílias. Grande parte fica satisfeita com o repasse dos esclarecimentos via ouvidoria, entretanto permanece uma demanda muito expressiva em decorrência da suspensão da criação de assentamentos em anos anteriores, principalmente os candidatos ligados aos movimentos sociais.

O atendimento e orientações ocorrem por telefone, correio eletrônico, escritório, em campo, e também presencial.

O atendimento presencial, com grupos numerosos, sendo necessário a socialização das informações por meio de reuniões envolveram o atendimento mais de 127 acampamentos contemplando em média 5.000 famílias.

As situações que dependem de respostas mais complexas, são demandadas para os setores internos em nível regional e nacional.

Há ainda outras que envolvem encaminhamentos externos nas situações judiciais e questões de segurança pública.

Registramos ainda o fluxo de atendimento e orientações para o Cadastro Único, em função do previsto na Portaria/MDA nº 06/13, envolvendo o público acampado e candidatos ao PNRA, com a multiplicação de informações em todos os municípios de MS.

Em síntese, os atendimentos são positivos, mesmo que a resposta não aconteça de imediato, para os casos de criação de novas áreas de assentamentos.

Estima-se aproximadamente 1830 famílias atendidas, conforme informações Ouvidoria registradas no Sistema de Monitoramento.

Quanto a proporção de registros não atendidos, está afeto as condições de respostas dos demais setores do Incra.

9.2 Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo

Com relação ao presente item, os saldos são positivos, uma vez que no estado do Mato Grosso do Sul não registramos imóveis invadidos em 2013.

Temos o registro de 03 locais ocupados por trabalhadores rurais em anos anteriores, com convivência pacífica. Uma delas no local conhecido como usina de álcool (Usina Elétrica de Paranaíba) desativada no município de Paranaíba, ocupado por famílias originárias do Estado de Goiás, outra situação ocorre em Bodoquena no Imóvel denominado Serra Brava e no município de Amambai, no imóvel Fazenda Piquenique.

Apesar da complexidade das demandas nas mediações dos conflitos agrários, nas mobilizações dos movimentos, nas manifestações no Incra e bloqueio de rodovias, sempre são

solucionadas de forma pacífica, com o apoio e colaboração dos órgãos de Segurança como: PRF e SEJUSP.

10. Correição

10.1 Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.

Esta Unidade tem efetivado continuamente os cadastros dos Procedimentos Administrativos Disciplinares. Seguem abaixo os relatórios expedidos pelo Sistema:

CGU-PAD

Controladoria-Geral
da União

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul		
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013		
Quadro Consolidado:		Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares		3
Total de Sindicâncias		4
Total de Procedimentos		7
Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54000000710201391	26/08/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290000820201335	08/07/2013	Sindicância
54290001554201368	27/05/2013	Sindicância
54290001636201221	27/05/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290001913201204	06/05/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290002106201381	20/09/2013	Sindicância
54290002638201238	08/07/2013	Sindicância

RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS JULGADOS

Dados do Filtro:

Assunto(s): Nenhum assunto selecionado.

Superintendência Regional no Estado de Mato Grosso do Sul		
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013		
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos	
Total de Processos Administrativos Disciplinares	4	
Total de Sindicâncias	6	
Total de Procedimentos	10	

Quadro Detalhado		
Número do Processo Principal	Data da Situação	Tipo de Processo
54000002068201032	14/11/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290000047201064	20/09/2013	Sindicância
54290000639201248	01/04/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290000820201335	24/12/2013	Sindicância
54290001636201221	19/11/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290001913201204	04/08/2013	Processo Administrativo Disciplinar(Lei 8.112/90)
54290002106201381	20/11/2013	Sindicância
54290002430201219	21/10/2013	Sindicância
54290002638201238	21/10/2013	Sindicância
54290003176201195	20/09/2013	Sindicância

ANEXOS:*ANEXO I (Ref. Item 3.3.2) ñ Tabela de Obras de Infraestrutura ñ Demandas de Água*

DEMANDAS INFRAESTRUTURA - ÁGUA				
ITEM	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	TORRE DE PEDRA E LIBERDADE CAMPONESA	CORGUINHO	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 1.096.306,77
2	MATÃO	BANDEIRANTES	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 536.361,76
3	OURO BRANCO E SETE DE SETEMBRO	TERENOS	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.261.997,03
4	ITAQUI, PÉ DE CEDRO E PATATIVA DO ASSARÉ	SÃO GABRIEL DO OESTE	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.833.468,73
5	SANTA MÔNICA	SIDROLÂNDIA	COMPRA DE BOMBA	R\$ 34.894,37
6	SANTA IRENE	ANAUROLÂNDIA	TROCA DE RESERVATÓRIO	R\$ 37.543,48
7	RESSACA	BELA VISTA	COMPLEMENTAÇÃO DE REDE	R\$ 23.239,18
8	SANTA OLGA	NOVA ANDRADINA	MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 126.202,97
9	INDAIÁ I, II, III e IV	AQUIDAUANA	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 3.386.236,49
10	CANOAS	SELVÍRIA	REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.502.463,54
11	CORGUINHO	CORGUINHO	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 365.108,71
12	ESTRELA JARAGUARI	JARAGUARI	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 294.792,51
15	TAMARINEIRO II SUL	CORUMBÁ	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 374.343,43

16	TAQUARAL	CORUMBÁ	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 638.525,12
17	NAZARETH	SIDROLÂNDIA	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA P/170 LOTES	R\$ 1.700.000,00
18	JUNCAL	NAVIRAI	COMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA P/97 FAMÍLIAS	R\$ 970.000,00
19	SÃO PEDRO	SIDROLÂNDIA	COMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA P/60 FAMÍLIAS	R\$ 600.000,00
20	AMPARO	DOURADOS	PERFURAÇÃO DE UM POÇO ARTESIANO	R\$ 250.000,00
21	BOA ESPERANÇA	NIOAQUE	MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 420.000,00
22	SANTA TEREZINHA	SIDROLÂNDIA	MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 250.000,00
23	ANJQUINHO	BELA VISTA	MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 350.000,00
24	SÃO SEBASTIÃO	IVINHEMA	MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 450.000,00
25	SANTA OLGA	NOVA ANDRADINA	MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 250.000,00
26	BEBEDOURO	NOVA ALVORADA DO SUL	MELHORIA NA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	R\$ 250.000,00
27	TEIJIN	NOVA ANDRADINA	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	R\$ 240.000,00
28	MONTANA	BATAGUASSU	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	R\$ 250.000,00
29	SÃO JOAQUIM	SELVIRIA	PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS	R\$ 250.000,00
TOTAL				R\$ 20.741.484,09

ANEXO II (Ref. Item 3.3.2) **ñ** Tabela de Obras Infraestrutura **ñ** Demandas de Estradas

DEMANDAS INFRAESTRUTURA - ESTRADAS						
ITEM	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA OBRA	UN	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO (R\$)
1	OURO BRANCO	TERENOS	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	36	R\$ 1.080.000,00
2	SETE DE SETEMBRO	TERENOS	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	38	R\$ 1.140.000,00
3	ITAQUÍ E PÉ DE CEDRO	SÃO GABRIEL DO OESTE	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	45	R\$ 1.350.000,00
4	PATATIVA DO ASSARÉ	SÃO GABRIEL DO OESTE	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	7	R\$ 210.000,00
5	CANOAS	SELVÍRIA	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	54	R\$ 1.620.000,00
6	MATÃO	BANDEIRANTES	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	16	R\$ 480.000,00
7	TORRE DE PEDRA	CORGUINHO	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	10	R\$ 300.000,00
8	LIBERDADE CAMPONESA	CORGUINHO	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	13	R\$ 390.000,00
9	NAZARETH	SIDROLÂNDIA	IMPLANTAÇÃO DE ESTRADAS	KM	33	R\$ 990.000,00
10	NOVA ALVORADA	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	23	R\$ 460.000,00
11	PAM	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	44	R\$ 880.000,00
12	SÃO JOÃO	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	30	R\$ 600.000,00
13	BEBEDOURO	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	30	R\$ 600.000,00
14	MUTUM	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	34	R\$ 680.000,00
15	SANTA LUZIA	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	14	R\$ 280.000,00
16	VOLTA REDONDA	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	24	R\$ 480.000,00
17	SUCESSO	NOVA ALVORADA DO SUL	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	12	R\$ 240.000,00
18	UIRAPURU	NIOAQUE	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	KM	75	R\$ 1.500.000,00
19	SANTA GUILHERMINA	NIOAQUE	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	KM	32	R\$ 640.000,00
20	ABA DA SERRA I E II	PONTA PORÃ	RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	KM	27	R\$ 540.000,00
21	TEIJIN ñ MST	NOVA ANDRADINA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	77	R\$ 1.540.000,00
22	SÃO GABRIEL	CORUMBÁ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	32	R\$ 640.000,00
23	72	LADÁRIO	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	38	R\$ 760.000,00
24	SÃO JOÃO	BATAYPORÃ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	10	R\$ 200.000,00
25	MERCEDINA	BATYPORÃ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	15	R\$ 300.000,00
26	SÃO LUIZ	BATAYPORÃ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	30	R\$ 600.000,00
27	ÁGUA VIVA	TACURU	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	45	R\$ 900.000,00
28	VITÓRIA DA FRONTEIRA	TACURU	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	43	R\$ 860.000,00
29	BELA MANHÃ	TAQUARUSSU	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	32	R\$ 640.000,00
30	CAPÃO BONITO	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	26	R\$ 520.000,00
31	CAPÃO BONITO II	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	35	R\$ 700.000,00

32	SÃO PEDRO	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	75	R\$ 1.500.000,00
33	VISTA ALEGRE	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	10	R\$ 200.000,00
34	JIBOIA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	39	R\$ 780.000,00
35	VACARIA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	10	R\$ 200.000,00
36	CAPÃO BONITO III	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	10	R\$ 200.000,00
37	GERALDO GARCIA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	25	R\$ 500.000,00
38	SANTA TEREZINHA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	13	R\$ 260.000,00
39	ELDORADO I	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	103	R\$ 2.060.000,00
40	ELDORADO II	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	130	R\$ 2.600.000,00
41	ALAMBARI	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	123	R\$ 2.460.000,00
42	BARRA NOVA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	50	R\$ 1.000.000,00
43	ALTEMIR TORTELLI	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	23	R\$ 460.000,00
44	SANTA LÚCIA	SIDROLÂNDIA	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	16	R\$ 320.000,00
45	ITAMARATI I	PONTA PORÃ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	370	R\$ 7.393.200,00
46	ITAMARATI II	PONTA PORÃ	RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS	KM	200	R\$ 4.000.000,00
TOTAL						R\$ 46.053.200,00

ANEXO III (Ref. Item 3.3.2) **¶** Tabela Crédito Instalação

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO EFETIVA DO CRÉDITO		
APOIO INICIAL	Processo	Valor pago
PA INDAIA II - FAF	54290.001070/2008-51	54.222,60
PA INDAIA III - FETAGRI	54290.002783/2008-32	70.449,50
PA INDAIA IV - MST	54290.001072/2008-41	75.947,70
PA SETE DE SETEMBRO	54290.002170/2010-10	415.105,90
TOTAL APOIO		615.725,70
AQUISICAO MATERIAIS DE CONSTRUCAO	Processo	Valor pago
PA ALAMBARI - CUT	54290.002734/2005-57	132.444,96
PA ANGÉLICA	54290.002742/2005-01	35.500,19
PA BARRA NOVA	54290.002737/2005-91 AMC	168.115,38
PA BARRA NOVA	54290.002737/2005-91 CEF	61.376,00
PA BELA MANHÃ	54290.000828/2009-15	617.692,32
PA CORGUINHO	54290.001065/2008-49	219.021,60
PA ELDORADO	54290.002229/2005-11	98.076,92
PA ELDORADO II	54290.002738/2005-35 AMC	2.316.588,07
PA ESTRELA CAMPO GRANDE	54290.002689/2008-83	36.612,68
PA ESTRELA JARAGUARI	54290.004205/2007-50	306.235,74
PA PIUVA V	54290.001096/2008-08	57.258,56
PA RANILDO DA SILVA	54290.002508/2005-76	86.740,65
PA RANILDO DA SILVA	54290.002508/2005-76 CEF	17.952,00
PA SANTA LÚCIA I	54290.004313/2007-22	160.935,62
PA SANTA MÔNICA - FETAGRI	54290.002728/2005-08	765.728,45
PA SAO JOAQUIM	54290.001160/2009-23	444.637,91
PA TEIJIN	54290.002478/2005-06	23.030,00
PA TEIJIN	54290.003238/2006-00	976.031,12
TOTAL AQUISIÇÃO		6.523.978,17
FOMENTO	Processo	Valor pago
PA ELDORADO II	54290.002339/2008-17 F	64.754,70

PA SANTA LÚCIA I	54290.001222/2009-05	22.800,00
PA TEIJIN	54290.004519/2007-52	16.443,56
PA TEIJIN	54290.004520/2007-87	24.658,48
TOTAL FOMENTO		128.656,74
RECUPERACAO/MATERIAIS DE CONSTRUCAO	Processo	Valor pago
PA BANDEIRANTE	54290.000052/2009-33	24.622,03
PA GIBÓIA	54290.000928/2008-61	240.498,04
PA ITAMARATI II FETAGRI	54290.003236/2006-11	10.890,00
PA LAGOA GRANDE	54290.002585/2008-79	28.687,90
PA PRIMAVERA	54290.003112/2008-99	37.170,10
TOTAL RECUPERAÇÃO		341.868,07
TOTAL NO EXERCÍCIO DE 2013		7.610.228,68

ANEXO IV (Ref. Item 3.3.3) ã Resultado das ações ã Supervisão Ocupacional

SUPERVISÃO OCUPACIONAL 2013				
Nº	ASSENTAMENTO	Município	VISTORIAS REALIZADAS EM 2013	MOTIVAÇÃO
1	PA ESTRELA CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE	57	MPF - CAMPO GRANDE
2	PA TRÊS CORAÇÕES	CAMPO GRANDE	163	MPF - CAMPO GRANDE
3	PA CONQUISTA	CAMPO GRANDE	67	MPF - CAMPO GRANDE
4	PA ESTRELA JARAGUARI	JARAGUARI	204	MPF - CAMPO GRANDE
5	PA PRIMAVERA	JARAGUARI	71	MPF - CAMPO GRANDE
6	PA ESPERANÇA	ANAUROLÂNDIA	106	MPF - DOURADOS
7	PA VOLTA REDONDA CUT	NOVA ALVORADA DO SUL	126	LIBERAÇÃO DE DAP'S
8	PA VOLTA REDONDA FAF	NOVA ALVORADA DO SUL	24	LIBERAÇÃO DE DAP'S
9	PA TEIJIN	NOVA ANDRADINA	600	LIBERAÇÃO DE DAP'S
10	PA CASA VERDE	NOVA ANDRADINA	120	TITULAÇÃO
11	PA SÃO GABRIEL	CORUMBA	312	LIBERAÇÃO DE DAP'S
12	PA PAIOLZINHO	CORUMBA	72	PAC
13	PA TAMARINEIRO	CORUMBA	110	PAC
14	PA TAMARINEIRO II	CORUMBA	49	PAC
15	PA TAQUARAL	CORUMBA	394	PAC E JUSTIÇA FEDERAL
16	PA CABURÉY	ITAQUIRAI	14	PROCURADORIA JURÍDICA
17	PA FOZ DO RIO AMAMBAI	ITAQUIRAI	4	PROCURADORIA JURÍDICA
18	PA ITAQUIRAÍ	ITAQUIRAI	1	PROCURADORIA JURÍDICA
19	PA SANTO ANTONIO	ITAQUIRAI	17	PROCURADORIA JURÍDICA
20	PA SANTA ROSA	ITAQUIRAI	2	PROCURADORIA JURÍDICA
21	PA SUL BONITO	ITAQUIRAI	4	PROCURADORIA JURÍDICA
22	PA SÃO CRISTOVÃO	PARANHOS	1	PROCURADORIA JURÍDICA
23	PA GUAÇU	ITAQUIRAI	1	PROCURADORIA JURÍDICA
24	PA NOSSA SENHORA AUXILIADORA	IGUATEMI	252	PROCURADORIA JURÍDICA
25	PA ITAMARATI	PONTA PORA	203	ACÓRDÃO TCU

26	PA ITAMARATI II	PONTA PORÁ	255	ACÓRDÃO TCU
27	PA DORCELINA FOLADOR	PONTA PORÁ	270	CCU
28	PA AIMORÉ	GLORIA DE DOURADOS	45	MOTIVOS DIVERSOS
29	PA NOVO HORIZONTE	NOVO HORIZONTE DO SUL	60	MOTIVOS DIVERSOS
30	PA FORTUNA	RIO BRILHANTE	10	MOTIVOS DIVERSOS
31	PA MARGARIDA ALVES	RIO BRILHANTE	12	MOTIVOS DIVERSOS
32	PA TAQUARA	RIO BRILHANTE	10	MOTIVOS DIVERSOS
33	PA INDAIA I - CUT	AQUIDAUANA	3	CRÉDITO
34	PA INDAIA III - FETAGRI	AQUIDAUANA	9	CRÉDITO
35	PA INDAIA IV - MST	AQUIDAUANA	1	CRÉDITO
36	PA AREIAS	NIOAQUE	81	CRÉDITO
37	PA NIOAQUE	NIOAQUE	376	TITULAÇÃO
38	PA PALMEIRA	NIOAQUE	113	TITULAÇÃO
39	PA RANILDO DA SILVA	NOVA ALVORADA DO SUL	176	CRÉDITO E DAP'S
40	PA ALAMBARI - CUT	SIDROLANDIA	230	CRÉDITO E DAP'S
41	PA ALAMBARI - FETAGRI	SIDROLANDIA	140	CRÉDITO E DAP'S
42	PA BARRA NOVA	SIDROLANDIA	350	CRÉDITO E DAP'S
43	COMPLEXO ELDORADO	SIDROLANDIA	70	CRÉDITO E DAP'S
44	PA SÃO PEDRO	SIDROLANDIA	145	TITULAÇÃO
45	PA SANTA MÔNICA	TERENOS	68	LIBERAÇÃO DE DAP'S
46	PA CAMPO VERDE	TERENOS	60	TITULAÇÃO
47	PA PARAISO	TERENOS	26	TITULAÇÃO
48	PA PATAGÔNIA	TERENOS	56	TITULAÇÃO
49	PA AVARÉ - CUT	RIBAS DO RIO PARDO	18	LIBERAÇÃO DE DAP'S
50	PA RETIRADA DA LAGUNA	GUIA LOPES DA LAGUNA	21	TITULAÇÃO
51	PA SANTA GUILHERMINA	MARACAJU	224	TITULAÇÃO
52	PA SÃO JOÃO	NOVA ANDRADINA	35	LIBERAÇÃO DE DAP'S
53	PA UIRAPURU	NIOAQUE	287	TITULAÇÃO
TOTAL			6.125	

ANEXO V (Ref. Item 3.3.3) **Resultado das ações de Titulação e destinação de imóveis rurais**

TITULAÇÃO, CONCESSÃO E DESTINAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS - 2013					
	Assentamento	Município	CCU	Título	Destinação de imóveis
1	PA Água Viva	Tacuru	2		
2	PA Aimoré	Glória de Dourados	5		
3	PA Alambari	Sidrolândia	13		
4	PA Aldeia	Bataguaçu	2		
5	PA Altemir Tortelli	Sidrolândia	2		
6	PA Andalucia	Nioaque	2		
7	PA Areias	Nioaque	8		
8	PA Avaré	Ribas do Rio Pardo	25		
9	PA Bandeirante	Miranda	1		
10	PA Barra Nova	Sidrolândia	3		
11	PA Bela Manhã	Taquaruçu	22		
12	PA Cabeceira do Rio iguatemi	Paranhos	1		
13	PA Caburey	Itaquiraí	11		1,0802 ha para UFGD
14	PA Campo Verde	Terenos	2		
15	PA Canoas	Selvíria	9		
16	PA Capão Bonito	Sidrolândia	3		
17	PA Capão Bonito II	Sidrolândia	6		
18	PA Casa Verde	Nova Andradina		61	
19	PA Dorcelina Folador	Ponta Porã	143		
20	PA Eldorado	Sidrolândia	13		
21	PA Eldorado II	Sidrolândia	47		
22	PA Esperança	Anaurilândia	3		
23	PA Estrala Campo Grande	Campo Grande	1		
24	PA Estrela Jaraguari	Jaraguari	2		
25	PA Floresta Branca	Eldorado	26		
26	PA Foz do Rio Amambai	Itaquiraí	9		3,6503 ha para Prefeitura Municipal de Itaquiraí

27	PA Geraldo Garcia	Sidrolândia	9		
28	PA Giboia	Sidrolândia	3		
29	PA Guaicurus	Bonito	1		
30	PA Gardinha	Jardim		25	
31	PA Itamarati II	Ponta Porã	262		
32	PA Itaquí	São Gabriel do Oeste	3		
33	PA Itaquiraí	Itaquiraí	3		2,3562 ha para Prefeitura Municipal de Itaquiraí
34	PA Jacob/Princesa do Sul	Japorã	40		
35	PA Lagoa Grande	Dourados	2		
36	PA Margarida Alves	Rio Brilhante	1		
37	PA Matão	Bandeirantes	1		
38	PA Mutum	Ribas do Rio Pardo	1		
39	PA Nioaque	Nioaque		103	
40	PA Nossa Senhora Auxiliadora	Iguatemi	4		
41	PA Nossa Senhora do Carmo	Caarapó	1		
42	PA Nova Querência	Terenos	3		13,1911 ha ASSAFRA
43	PA Novo Horizonte	Novo Horizonte do Sul		50	
44	PA Ouro Branco	Terenos	16		
45	PA Palmeira	Nioaque	2		
46	PA Patagônia	Terenos	3		
47	PA Patativa do Assaré	São Gabriel do Oeste	2		
48	PA Primavera	Jaraguari	1		
49	PA Ranildo da Silva	Nova Alvorada do Sul	2		
50	PA Recanto do Rio Miranda	Jardim	1		
51	PA Ressaca	Bela Vista	7		
52	PA Santa Clara II	Juti	39		
53	PA Santa Guilhermina	Maracajú	2		
54	PA Santa Lucia	Bonito	2		
55	PA Santa Lucia I	Sidrolândia	4		

56	PA Santa Mônica	Terenos	72		4,7198 ha ASSAFRA
57	PA Santa Rosa	Itaquiraí	2		
58	PA Santo Antônio	Itaquiraí	20		(7,1530), (8,3419), (1,4757), (4,333), (10,4603), (6,3782) ha para Prefeitura Municipal de Itaquiraí
59	PA São Gabriel	Corumbá	31		
60	PA São Judas	Rio Brilhante	4		
61	PA São Pedro	Sidrolândia	9		
62	PA São Sebastião	Ivinhema	1		
63	PA Savana	Japorã	3		
64	PA Serra	Paranaíba	2		
65	PA Silvio Rodrigues	Rio Brilhante	1		
66	PA Sucesso	Nova Alvorada do Sul	3		
67	PA Sul Bonito	Itaquiraí			12,4158 ha para Prefeitura Municipal de Itaquiraí
68	PA Teijim	Nova Andradina	9		
69	PA Tupancreretan	Bela Vista	9		
70	PA Uirapuru	Nioaque	4		
71	PA Vacaria	Sidrolândia	1		
72	PA Vinte de Março	Três Lagoas	1		
73	PA Vista Alegre	Sidrolândia	1		
74	PA Volta Redonda	Nova Alvorada do Sul	87		
	TOTAL		1036	239	75,5555

ANEXO VI (Ref. Item 3.3.3) ñ Resultado das ações ñ Demarcação Topográfica

Nº	PRIORIDADES NA TITULAÇÃO	ASSENTAMENTO	Município	Data de Criação	Famílias Atendidas
1	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA ITAMARATI - AMFFI	PONTA PORA	29/12/2000	150
2	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA ITAMARATI - CUT	PONTA PORA	29/12/2000	285
3	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA ITAMARATI - FETAGRI	PONTA PORA	29/12/2000	395
4	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA ITAMARATI - MST	PONTA PORA	29/12/2000	324
5	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA MARCOS FREIRE	ANASTACIO	21/10/1987	187
6	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA SÃO MANOEL	ANASTACIO	27/02/1992	148
7	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014)	PA SÃO JOÃO	BATAIPORA	11/03/1996	58
8	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA MONJOLINHO	ANASTACIO	02/12/1988	285
9	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA CAPÃO BONITO	SIDROLANDIA	20/10/1989	133
10	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA SUMATRA	BODOQUENA	11/07/1991	149
11	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA MERCEDINA	BATAIPORA	10/07/1996	56
12	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA NOVA ALVORADA	NOVA ALVORADA DO SUL	12/05/1997	86
13	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA SÃO LUIZ	BATAIPORA	21/11/2001	114
14	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	NAZARETH	SIDROLANDIA	2013	171
15	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA SUL BONITO	ITAQUIRAI	09/10/1996	422
16	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA TUPANCERETAN	BELA VISTA	27/12/1996	82
17	GEORREFERENCIAMENTO LICITADO (Contrato 2014) b	PA FLORESTA BRANCA	ELDORADO	30/10/1997	185
18	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA CAMPO VERDE	TERENOS	13/07/1987	60
19	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA TAQUARAL	CORUMBA	20/10/1989	416
20	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA TAMARINEIRO II	CORUMBA	15/12/1995	319
21	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA PAIOLZINHO	CORUMBA	11/03/1996	72
22	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA PATAGÔNIA	TERENOS	13/03/1997	128
23	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA PARAISO	TERENOS	15/12/1997	98
24	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA TAQUARA	RIO BRILHANTE	10/08/1998	67
25	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA NOSSA SENHORA AUXILIADORA	IGUATEMI	23/12/1998	252
26	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA SÃO PEDRO	SIDROLANDIA	23/12/1998	296
27	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA 72	LADARIO	24/03/1999	85
28	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA NOVA QUERÊNCIA	TERENOS	15/12/2000	158
29	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA MUTUM	RIBAS DO RIO PARDO	17/05/1996	340
30	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA CAMPINA	BODOQUENA	13/08/1997	76
31	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA SANTA CLARA	BATAGUASSU	04/12/1997	156
32	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA SANTA GUILHERMINA	MARACAJU	22/12/1997	224

33	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA PALMEIRA	NIOAQUE	23/03/1998	113
34	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA ALDEIA	BATAGUASSU	03/09/1998	217
35	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA PAM	NOVA ALVORADA DO SUL	23/12/1998	115
36	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA VISTA ALEGRE	SIDROLANDIA	10/11/1999	50
37	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA GIBÓIA	SIDROLANDIA	11/07/2000	238
38	GEORREFERENCIADO SEM CERTIFICAÇÃO	PA CAPÃO BONITO III	SIDROLANDIA	27/12/2000	23
39	PARA LICITAR EM 2015	PA NOVA ESPERANÇA	JATEI	28/08/1986	110
40	PARA LICITAR EM 2015	PA PEDREIRA	RIBAS DO RIO PARDO	28/06/1988	10
41	PARA LICITAR EM 2015	PA SERRA	PARANAIBA	11/12/1997	116

ANEXO VII (Ref. Item 3.3.3) **ñ** Resultado das ações **ñ** Terra Sol

FOMENTO A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - TERRA SOL			
Número da Proposta no SICONV	Prefeitura Proponente	Assunto	Situação
063488/2013	Bataguassu	Centro de comercialização.	Aguardando complementação e ajustes solicitados em parecer de 07/02/2014 (no SICONV).
072120/2013	Brasilândia	Trator e implementos	Parecer inserido no SICONV sugerindo o indeferimento da proposta por não estar em conformidade com o programa.
Não inseriu no SICONV	Caarapó	Feira semente crioula	Aguardando complementação e ajustes solicitados em Ofício n. 203/2014.
072962/2013	Corguinho	Implantação de agroindústria de farinha (farinheira).	Aguardando ajustes, esclarecimentos e complementações (solicitados em parecer de 24/02/14 ñ SICONV).
073097/2013	Corguinho	Implementação de agroindústria de beneficiamento e empacotamento de leite.	Aguardando ajustes, esclarecimentos e complementações (solicitados em parecer de 28/02/14 ñ SICONV).
073104/2013	Corguinho	Implantação de agroindústria de Beneficiamento da mandioca.	Aguardando ajustes, esclarecimentos e complementações (solicitados em parecer de 25/02/14 ñ SICONV e retificado em 28/02/2014).
002617/2014	Corguinho	Aquisição de patrulha mecanizada.	Não possui parecer.
089375/2013	Iguatemi	Feira do leite	Plano de trabalho aprovado em 21/02/14.
072304/2013	Itaquiraí	Agroindústria, inserção mercadológica e fomento a agroecologia.	Aguardando ajustes, esclarecimentos e complementações (solicitados em parecer de 18/02/14 ñ SICONV).
018355/2014	Jardim	Implantação de uma agroindústria de abater frangos semi caipira e a Feira Livre com aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Não possui parecer.
063960/2013	Ponta Porã	Extração de Óleo	Aguardando atendimento de pendências do Levantamento de informações básicas para análise da viabilidade de projetos para a Ação Terra Sol, conforme roteiro em anexo 1 do manual (principalmente quanto a cartas de intenção de compra, comprovando preço). Após aprovação deste será solicitado o Projeto Básico Detalhado com 3 orçamentos (conforme anexo 2) e o plano de trabalho que serão avaliados. Essas peças formarão o termo de referência para o convênio.
063977/2013	Ponta Porã	Ração e empacotamento de grãos (canjica)	A proposta foi qualificada e solicitou-se a elaboração e envio de Projeto básico detalhado do empreendimento, conforme roteiro no Anexo 02 do Manual do Terra Sol, para análise e parecer técnico final.
090247/2013	Rochedo	Caminhão	Proposta/Plano de Trabalho Rejeitados em 30/01/2014

ANEXO VIII (Ref. Item 3.3.3) **ñ** Resultado das ações **ñ** Infraestrutura - Licitação

INFRAESTRUTURA						
TEM	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	DISCRIMINAÇÃO DA OBRA	VALOR DO ORÇAMENTO	FAMILIAS ATENDIDAS	SITUAÇÃO
	TORRE DE PEDRA E LIBERDADE CAMPONESA	CORGUINHO	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 1.096.306,77	89	CONTRATO ASSINADO EM 2013
	MATÃO	BANDEIRANTES	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 536.361,76	53	CONTRATO ASSINADO EM 2013
	OURO BRANCO E SETE DE SETEMBRO	TERENOS	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.261.997,03	273	CONTRATO ASSINADO EM 2013
	ITAQUI, PÉ DE CEDRO E PATATIVA DO ASSARÉ	SÃO GABRIEL DO OESTE	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.833.468,73	220	CONVÊNIO FIRMADO EM 2014
	SANTA MÔNICA	SIDROLÂNDIA	TROCA DE BOMBA E ACESSÓRIOS	R\$ 34.894,37	90	CONTRATO ASSINADO EM 2014
	SANTA IRENE	ANAUROLÂNDIA	TROCA DE RESERVATÓRIO E ACESSÓRIOS	R\$ 37.543,48	72	CONTRATO ASSINADO EM 2014
	RESSACA	BELA VISTA	COMPLEMENTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 23.239,18	28	CONTRATO ASSINADO EM 2014
	SANTA OLGA	NOVA ANDRADINA	MELHORIA NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 126.202,97	145	CONTRATO ASSINADO EM 2014
	INDAIÁ I, II, III e IV	AQUIDAUANA	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 3.386.236,49	253	CONVÊNIO FIRMADO EM 2014
0	CANOAS	SELVÍRIA	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 2.502.463,54	183	CONVÊNIO FIRMADO EM 2014
1	CORGUINHO	CORGUINHO	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 365.108,71	46	CONTRATO ASSINADO EM 2014
2	ESTRELA JARAGUARI	JARAGUARI	MELHORIA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	R\$ 294.792,51	18	CONTRATO ASSINADO EM 2014
TOTAL				R\$ 13.498.615,54	1.470	

ANEXO IX (Ref. Item 3.3.3) ã Resultado das ações ã Infraestrutura - Parceria

PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS ã FUNASA								
SERVIÇOS EXECUTADOS								
TEM	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE POÇOS (UN)	FAMILIAS BENEFICIADAS	QUANT. DE DIÁRIAS PAGAS	VALORES DAS DIÁRIAS PAGAS	CUSTO ESTIMADO ã CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRIVADA	ECONOMIA P/INCRA
	MATÃO	BANDEIRANTES	2	53	0	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
	RESSACA	BELA VISTA	2	28	0	R\$ 0,00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00
	LIBERDADE CAMPONESA	CORGUINHO	2	50	68	R\$ 12.036,00	R\$ 120.000,00	R\$ 107.964,00
	TORRE DE PEDRA	CORGUINHO	3	39	114	R\$ 20.178,00	R\$ 180.000,00	R\$ 159.822,00
	CORGUINHO	CORGUINHO	2	46	76	R\$ 13.452,00	R\$ 120.000,00	R\$ 106.548,00
	SÃO GABRIEL	CORUMBÁ	3	323	114	R\$ 20.178,00	R\$ 180.000,00	R\$ 159.822,00
	TAQUARAL	CORUMBÁ	2	150	76	R\$ 13.452,00	R\$ 120.000,00	R\$ 106.548,00
	PAIOLZINHO	CORUMBÁ	1	70	38	R\$ 6.726,00	R\$ 60.000,00	R\$ 53.274,00
TOTAL			17	759	486	R\$ 86.022,00	R\$ 1.020.000,00	R\$ 933.978,00

ANEXO X (Ref. Item 3.3.3) **ñ** Resultado das ações **ñ** Ates

ASSISTÊNCIA TÉCNICA					
PA	MUNICÍPIO	NOME DA ENTIDADE	VALOR TOTAL DO CONTRATO	FAMÍLIAS ATENDIDAS CONVÊNIO/CONTRATO	Nº DE TÉCNICOS CONTRATADOS
Teijim	Nova Andradina	CRESCER	R\$ 1.278.695,85	1067	13
Esperança	Anaurilândia	AGRAER	R\$ 661.297,50	100	6
Bela manhã	Taquarussú			100	
Angélica	Angélica			116	
Barreiro	Anaurilândia			86	
Aimoré	Glória de Dourados			44	
Areias	Nioaque	AGRAER	R\$ 638.048,50	84	6
Piúva V	Dois Irmãos do Buriti			106	
Ouro Branco	Terenos			83	
Sete de Setembro	Terenos			161	
São Gabriel	Corumbá	AGRAER	R\$ 725.496,95	193	6
Indaiá I CUT	Aquidauana			66	
Indaiá II FAF	Aquidauana			59	
Indaiá III FETAGRI	Aquidauana			72	
Indaiá IV MST	Aquidauana			51	
Santa Mônica - FETAGRI	Terenos	AGRAER	R\$ 1.288.731,12	457	13
Santa Mônica - CUT	Terenos			80	
Santa Mônica - MST	Terenos			166	
Estrela - Jaraguari	Jaraguari			191	
Estrela Campo Grande	Campo Grande			57	
Três Corações (Morro Bonito)	Campo Grande			150	
Mateira	Chapadão do Sul	AGRAER	R\$ 624.834,59	144	5
PA Matão	Bandeirantes			53	
PA Itaquí	São Gabriel do Oeste			170	

PA Patativa do Assaré	São Gabriel do Oeste			47	
Rancho Alegre	Corguinho	AGRAER	R\$ 306.346,26	25	3
Torre de Pedra	Corguinho			35	
Corguinho	Corguinho			130	
Liberdade Camponesa	Corguinho			49	
Alecrim	Selvíria	AGRAER	R\$ 1.392.763,63	83	11
Avaré - FETAGRI	Santa Rita do Rio Pardo			254	
Avaré - CUT	Santa Rita do Rio Pardo			136	
Canoas	Selvíria			183	
São Joaquim	Selvíria			177	
Vinte de Março	Três Lagoas			69	
Itaquirai	Itaquirai	AGRAER	R\$ 862.459,82	187	8
Foz do Rio Amambaí	Itaquirai			102	
Caburey	Itaquirai			89	
Jacob Carlos Franciozi/Princesa do Sul	Japorã			231	
Santa Lúcia I	Sidrolândia	CRESCER	R\$ 1.105.338,49	97	11
Eldorado Parte	Sidrolândia			70	
Eldorado II	Sidrolândia			763	
Santo Antônio	Itaquirai	AGRAER	R\$ 541.968,85	482	6
Aba da Serra I	Ponta Porã	COAAMS	R\$ 896.887,83	38	8
Aba da Serra II	Ponta Porã			17	
Cabeceira do Rio Iguatemi	Paranhos			36	
Água Viva	Tacuru			283	
Vitória da Fronteira	Tacuru			232	
Eldorado	Sidrolândia	CRESCER	R\$ 1.434.159,99	620	14
Barra Nova	Sidrolândia			264	
Lagoa Azul	Rio Brilhante			115	
Ranildo da Silva (Mutum)	Nova Alvorada do Sul			175	
Alambari - FETAGRI	Sidrolândia	CRESCER	R\$ 829.242,66	143	8
Alambari - FAF	Sidrolândia			196	
Alambari - CUT	Sidrolândia			223	

Altemir Tortelli	Sidrolândia			108	
São João	Nova Andradina	AGRAER	R\$ 663.267,63	179	6
Santa Luzia	Nova Alvorada do Sul			70	
Volta Redonda - CUT	Nova Alvorada do Sul			116	
Volta Redonda - FAF	Nova Alvorada do Sul			23	
Sucesso	Nova Alvorada do Sul			80	

ANEXO XI (Ref. Item 3.3.3) ñ Resultado das ações ñ Retomadas de Parcelas

RETOMADAS DE PARCELAS EM 2013				
Nº	ASSENTAMENTO	Município	RETOMADAS REALIZADAS EM 2013	SITUAÇÃO
1	PA CABURÉY	ITAQUIRAI	1	CUMPRIDA
2	PA FOZ DO RIO AMAMBAI	ITAQUIRAI	5	CUMPRIDA
3	PA LUA BRANCA	ITAQUIRAI	10	CUMPRIDA
4	PA ITAQUIRAÍ	ITAQUIRAI	11	CUMPRIDA
5	PA SANTO ANTONIO	ITAQUIRAI	21	CUMPRIDA
6	PA SUL BONITO	ITAQUIRAI	1	CUMPRIDA
7	PA SANTA ROSA	ITAQUIRAI	1	CUMPRIDA
8	PA TAMAKAVI	ITAQUIRAI	2	CUMPRIDA
TOTAL			52	

ANEXO XII (Ref. Item 3.3.3) **Resultado das ações de Regularizações de Parcelas**

REGULARIZAÇÕES 2013					
Nº	ASSENTAMENTO	Município	Data de Criação	Capacidade	Regularizações
1	PA 72	LADARIO	24/03/1999	85	1
2	PA ALAMBARI - FAF	SIDROLANDIA	27/12/2005	204	1
3	PA BANDEIRANTE	MIRANDA	21/12/1998	63	2
4	PA CABURÉY	ITAQUIRAI	17/07/2007	127	2
5	PA CAPÃO BONITO II	SIDROLANDIA	14/10/1997	308	3
6	PA CARACOL	BELA VISTA	24/03/1999	152	13
7	PA ELDORADO II	SIDROLANDIA	27/12/2005	777	1
8	PA ESPERANÇA	ANAUROLANDIA	12/07/2004	106	4
9	PA FOZ DO RIO AMAMBAI	ITAQUIRAI	17/07/2007	199	8
10	PA GERALDO GARCIA	SIDROLANDIA	29/12/2000	182	1
11	PA GIBÓIA	SIDROLANDIA	11/07/2000	238	1
12	PA GUARDINHA	JARDIM	22/09/2000	30	2
13	PA ITAMARATI - FETAGRI	PONTA PORA	29/12/2000	395	1
14	PA ITAMARATI II FETAGRI	PONTA PORA	30/09/2004	1.692	1
15	PA ITAMARATI II FAF	PONTA PORA	30/09/2004	150	1
16	PA ITAMARATI II FAFI	PONTA PORA	30/09/2004	116	4
17	PA ITAMARATI II MST	PONTA PORA	30/09/2004	568	2
18	PA ITAQUIRAÍ	ITAQUIRAI	17/07/2007	255	11
19	PA JACOB FRANCOZI/PRINCESA DO SUL	JAPORA	28/12/2007	251	2
20	PA JOÃO BATISTA	SIDROLANDIA	02/08/2005	208	1
21	PA LAGOA GRANDE	DOURADOS	06/11/1997	158	1
22	PA LIBERDADE CAMPONESA	CORGUINHO	22/12/2009	50	1
23	PA LUA BRANCA	ITAQUIRAI	03/04/2001	124	5
24	PA MARGARIDA ALVES	RIO BRILHANTE	29/12/2000	120	1
25	PA MONJOLINHO	ANASTACIO	02/12/1988	285	1
26	PA MUTUM	RIBAS DO RIO PARDO	17/05/1996	340	1
27	PA NIOAQUE	NIOAQUE	25/06/1985	371	24
28	PA NOVO HORIZONTE	NOVO HORIZONTE DO SUL	10/04/1986	763	4
29	PA PALMEIRA	NIOAQUE	23/03/1998	113	2
30	PA RESSACA	BELA VISTA	26/12/2001	29	1
31	PA SANTA CLARA	BATAGUASSU	04/12/1997	156	1

32	PA SANTA GUILHERMINA	MARACAJU	22/12/1997	224	1
33	PA SANTA LÚCIA I	SIDROLANDIA	09/03/2007	100	3
34	PA SANTA MÔNICA - CUT	TERENOS	07/12/2005	88	1
35	PA SANTA MÔNICA - FETAGRI	TERENOS	07/12/2005	461	1
36	PA SANTA ROSA	ITAQUIRAI	25/03/1998	200	1
37	PA SANTO ANTONIO	ITAQUIRAI	17/07/2007	813	19
38	PA SAO JOAQUIM	SELVIRIA	15/10/2008	181	1
39	PA SÃO JUDAS	RIO BRILHANTE	24/03/1999	187	2
40	PA SÃO LUIZ	BATAIPORA	21/11/2001	114	1
41	PA SÃO SEBASTIÃO	IVINHEMA	23/12/1998	100	1
42	PA SILVIO RODRIGUES	RIO BRILHANTE	14/09/2001	120	1
43	PA TAMAKAVI	ITAQUIRAI	24/03/1999	120	2
44	PA TUPANCERETAN	BELA VISTA	27/12/1996	82	1
45	PA UIRAPURU	NIOAQUE	23/12/1998	290	38
46	PE CARLOS ROBERTO SOARES DE MELLO	SONORA	15/07/1997	204	3
47	PE COLÔNIA AGROECOLÓGICA ASPARGO	JARAGUARI	17/10/2006	16	4
48	PE SÃO THOMÉ	SANTA RITA DO PARDO	14/11/2001	110	1
49	PE TERRA SOLIDÁRIA	SIDROLANDIA	28/11/2003	11	1
TOTAL					186